



Município de Vale de Cambra

2

0

2

2

Relatório e Contas



Município de Vale de Cambra

2

0

2

2

Índice

Índice

Relatório de Gestão.....	6
Introdução.....	7
Reporte Financeiro.....	9
Análise Económica e Financeira.....	11
Análise Orçamental.....	18
Execução Orçamental da Receita.....	20
Execução Orçamental da Despesa.....	23
Execução das Grandes Opções do Plano.....	27
Alterações Orçamentais.....	29
Serviço da Dívida.....	32
Rácios Orçamentais.....	33
Análise de custos e rendimentos por funções.....	35
Análise dos Custos por Funções.....	36
Análise dos Rendimentos por Funções.....	42
Outros.....	47
Endividamento Municipal.....	48
Redução dos Pagamentos em Atraso.....	50
Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	51
Demonstrações Financeiras.....	52
Balanço.....	53
Demonstração de Resultados por Natureza.....	54
Demonstração das Alterações no Património Líquido 2021.....	55
Demonstração das Alterações no Património Líquido 2022.....	56
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	57
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	58
1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico.....	59
1.1 — Identificação da Entidade e Período de Relato.....	59
1.2 — Referencial contabilístico e demonstrações financeiras.....	62
2. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	64
2.1 - Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	65
2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes.....	65
2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.....	77
2.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro.....	78
2.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas.....	78
3. Ativos Intangíveis.....	79
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	81
6. Locações.....	87
7. Custo de Empréstimos Obtidos.....	87
8. Propriedades de Investimento.....	88
10. Inventários.....	89
13. Rendimento de Transação com Contraprestação.....	90
14. Rendimento de Transação sem Contraprestação.....	91
15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	94
17 – Acontecimentos após a data de relato.....	96
18 - Instrumentos financeiros.....	96
18.1 – Entidades Participadas.....	97
18.2 – Outros Ativos Financeiros.....	98
19 – Benefícios dos Empregados.....	98

20. Divulgação de partes relacionadas.....	99
21 - Relato por segmentos.....	100
23 – Outras Divulgações.....	100
23.1 – Diferimentos Passivos / Subsídios.....	100
23.2 – Outras contas a receber – Acréscimos de Rendimentos.....	101
23.3 – Outras Contas a Pagar.....	101
23.4 – Património Líquido.....	102
23.5 – Subsídios Concedidos.....	102
23.6 – Fornecimentos e Serviços Externos.....	103
23.7 – Garantias e Avals.....	104
23.8 – Cauções e Retenções.....	104
Mapas Anexos às Demonstrações Orçamentais.....	105
Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental.....	106
Demonstrações Orçamentais e Mapas Anexo.....	107
Orçamento e Plano Orçamental Plurianual.....	108
Plano Plurianual de Investimento.....	109
Demonstração de Desempenho Orçamental.....	110
Demonstração de Execução Orçamental da Receita.....	111
Demonstração de Execução Orçamental da Despesa.....	112
Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	113
Alterações Orçamentais da Receita.....	114
Alterações Orçamentais da Despesa.....	115
Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos.....	116
Alterações ao Plano Atividades Municipal.....	117
Operações de Tesouraria.....	118
Contratação Administrativa – Situação dos Contratos.....	119
Contratação Administrativa – Adjudicações por Tipo de Procedimento.....	120
Transferências e Subsídios Concedidos.....	121
Transferências e Subsídios Recebidos.....	122
Encargos Contratuais.....	123
Outros Mapas a Divulgar.....	124
Ata da Deliberação Fixação do Número de Vereadores.....	125
Delegação de Competências.....	126
Mapa de Empréstimos.....	127
Mapa da Locação Financeira.....	128
Relação Nominal de Responsáveis pela Execução Financeira e Orçamental.....	129
Responsáveis pelas Demonstrações Financeiras.....	130
Responsáveis pelas Demonstrações Orçamentais.....	131
Mapa dos Investimentos Financeiros.....	132
Mapa de Acumulação de Funções.....	133
Extratos Saldos Bancários Reportados ao fim do Exercício e dos Juros Obtidos no Exercício.....	134
Reconciliações Bancárias.....	135
Síntese das Reconciliações Bancárias.....	136
Dívida Total.....	137
* Entidades Relevantes para Efeitos da Dívida Total.....	137
* Apuramento da Dívida Total.....	137
Transferência de Competências de Órgãos do Estado.....	138
Delegação de Competências do Município.....	139
Norma de Controlo Interno.....	140
Declarações Previstas na Alíneas a) e b) - n.º 1, artº15.º da Lei 22/2015, 17 de março.....	141
* Declaração de Compromissos Plurianuais.....	141
* Declaração de Pagamentos em Atraso.....	141
* Declaração de Recebimentos em Atraso.....	141

Declaração de Responsabilidade.....	142
Ata da Reunião de Apreciação e de Aprovação das Contas.....	143



Município de Vale de Cambra

2

0

2

2

Relatório de Gestão

Introdução

Hoje é comumente aceite que tanto a publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, como a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, são documentos basilares e orientadores para a reforma da administração pública.

No essencial, o objetivo do SNC-AP centra-se na promoção da harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, a uniformização de procedimentos, a melhoria da transparência das contas públicas, ao mesmo tempo que contribui para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e para o relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Alinhado com aqueles princípios, o presente relatório de gestão pretende efetuar uma análise conjunta da execução do orçamento do Município de Vale de Cambra no ano de 2022 e da sua situação económico-financeira, ao mesmo tempo que inclui outras considerações que se revestem de relevância nos termos da legislação e normativos aplicáveis atualmente.

Por conseguinte, essas análises alicerçam-se, em primeira instância, no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (GOP) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – oportuna e devidamente apreciados e aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vale de Cambra no ano de 2021.

São também apresentadas e dissecadas informações baseadas em documentos contabilísticos que possuem um cunho que é marcadamente de natureza patrimonial, económica e financeira, como sejam documentos essenciais como o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entre outros.

Consequentemente, serão objeto de análise ao pormenor neste relatório tanto os indicadores de gestão relacionados com a receita como os indicadores de gestão interligados com a despesa.

No que diz respeito à receita, efetuam-se análises à sua estrutura globalmente considerada, à sua distribuição por classes, à sua evolução e à sua execução orçamental.

No que concerne à estrutura da despesa, os critérios de apresentação que se utilizam seguem direções semelhantes às tomadas aquando da apresentação da receita. Não obstante, e dada as características inerentes aos mapas obrigatórios, procede-se à adição de análises ainda mais detalhadas, como são aquelas referentes à desagregação da despesa de capital pelos objetivos e programas que constituem o Plano Plurianual de Investimentos.

Realiza-se também uma comparação entre a receita arrecadada e a despesa paga, tendo em vista a inclusão na presente documentação do valor que oportunamente (em sessão de Assembleia Municipal que se realizou a 23 de fevereiro de 2023) foi utilizado numa alteração orçamental modificativa já relativa ao Orçamento de 2023, procedendo assim de acordo com a legislação em vigor, no caso, cordância com o preceituado na Lei n.º 12/2022, de 27 de junho – Lei de Orçamento de Estado para 2023, no seu artigo 104.º: “Após aprovação do mapa “Demonstração do desempenho orçamental”, pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”.

Obedecendo ao objetivo essencial do presente relatório – informação que se revista de coerência, utilidade e fiabilidade, o relato das contas do Município de Vale de Cambra dispõe-se em diversos pontos essenciais, que se juntam à presente introdução.

Assim, e neste contexto e de forma geral, é apresentado o Reporte Financeiro, seguido tanto de uma Análise Económica e Financeira como de uma Análise Orçamental. Para além disso, são incluídos outros aspetos, relacionados com endividamento e redução de pagamentos em atraso e proposta de aplicação de resultados.

Em anexo é apresentado organograma em vigor em 2022, a composição do Órgão Executivo e delegação de competências, entre outra informação que se considera ser passível de divulgação.

Assim, submete-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para posterior análise e aprovação pela Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o presente Relatório de Gestão, acompanhado dos documentos de prestação de contas que dizem respeito ao ano de 2022 e que estão associados a esse relatório, dando-se cumprimento ao preceituado no Sistema de Normalização Contabilística para as Autarquias Locais.

Reporte Financeiro

Ainda que decorridos poucos anos da sua aplicação prática no país, é sabido que o SNC-AP integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional. Esta característica acarreta em si mesma um paradigma de prestação de contas muito recente e que, para além do cumprimento legal, permite a verificação da harmonização, da credibilidade, da transparência e da comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. Cada vez mais traz-se o foco para o reporte de informação que seja útil, possua a mesma caráter financeiro ou não financeiro. Importa é que a mesma reflita, de uma forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, através da norma de contabilidade pública (NCP) 26, de contabilidade financeira, através da NCP 1 e de contabilidade de gestão, através da NCP 27. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Assume-se que o previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 ainda não foram totalmente cumpridos (relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado), por questões relacionados com a falta de recursos, necessariamente alocados a trabalhos inerentes à transferência de competências da Administração Central. Apraz-nos no entanto divulgar no presente Relatório uma análise dos custos e rendimentos por funções e por unidades orgânicas, complementando que já em 2023 se iniciaram os trabalhos que visam suprir aquela carência.

Efetua-se então uma análise das contabilidades orçamental, financeira e de gestão. Devemos destacar as divergências que existem entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental),

necessariamente pela natureza distinta dos conceitos que são aplicados em cada uma das contabilidades.

Posto isto, a análise que adiante se efetua está sustentada nos elementos apresentados nos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que seguidamente se apresentam.

Análise Económica e Financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas centram-se principalmente, reitera-se, no sentido de proporcionar informação que se revele de utilidade aos seus públicos-alvo, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. Assim sendo, as Demonstrações Financeiras (DF's) foram preparadas e apresentadas de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública (NCP) do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

A NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, estabelece a estrutura e conteúdo do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração das alterações no Património Líquido e do Anexo às DF's.

Os comparativos apresentados, referentes ao ano de 2021, são comparáveis com os do ano 2022.

O Balanço é a peça das demonstrações financeiras que permite uma melhor compreensão da posição financeira da entidade, apresentando-se o ativo e o passivo do balanço divididos em “não corrente” e em “corrente”.

EVOLUÇÃO DO ATIVO

Rubricas	2022	2021
ATIVO		
Ativo não corrente	79 665 261,60 €	79 609 043,95 €
Ativos fixos tangíveis	76 985 601,66 €	76 980 518,58 €
Propriedades de investimento	431 916,96 €	442 982,04 €
Ativos intangíveis	273 818,06 €	265 810,86 €
Participações financeiras	1 967 267,64 €	1 911 163,53 €
Clientes, contribuintes e utentes	6 657,28 €	8 568,94 €
Ativo corrente	14 228 850,20 €	14 170 359,06 €
Inventários	247 525,63 €	264 317,72 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	455 956,89 €	462 396,04 €
Clientes, contribuintes e utentes	160 850,18 €	150.207,55 €
Estado e outros entes públicos	47 457,46 €	38 404,98 €
Outras contas a receber	3 711 605,47 €	3 736 019,64 €
Diferimentos	10 672,80 €	9 517,21 €
Caixa e depósitos	9 594 781,57 €	9 509 495,92 €
Total Ativo	93 894 111,80 €	93 779 403,01 €

É possível, no imediato, afirmar que o Ativo registou um aumento de 0,12% face a 2021, equivalente a uma diferença de 114.708,79€.

Referindo-nos à estrutura do ativo, são os Ativos Fixos Tangíveis a deter o maior peso relativo, com 81,99%, seguido de Caixa e Depósitos com 10,22%.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

Rubricas	2022	2021
PASSIVO		
Passivo não corrente	7 990 434,69 €	8 955 863,06 €
Provisões	507 606,77 €	726 352,35 €
Financiamentos obtidos	7 359 824,67 €	8 057 493,21 €
Outras contas a pagar	123 003,25 €	172 017,50 €
Passivo corrente	5 248 096,61 €	4 311 506,47 €
Fornecedores	248 678,11 €	181 822,95 €
Estado e outros entes públicos	76 363,31 €	61 055,82 €
Financiamentos obtidos	771 074,15 €	837 468,53 €
Fornecedores de investimentos	11 911,98 €	2 643,46 €
Outras contas a pagar	1 939 835,64 €	1 765 023,30 €
Diferimentos	2 200 233,42 €	1 463 492,41 €
Total Passivo	13 238 531,30 €	13 267 369,53 €

No outro membro do Balanço, o Passivo, apura-se uma diminuição de 28.838,23€, que corresponde a uma diminuição de 0,22%, totalizando 13.238.531,30€.

As rubricas que detêm maior predominância no Passivo são os Financiamentos Obtidos e a relativa a Diferimentos.

No que diz respeito aos Financiamentos Obtidos encontramos uma redução de 8,59%, o que se traduz por um lado na amortização dos empréstimos no valor de 871.132,90 € e no reconhecimento de novo financiamento obtido, associado a locação financeira, no valor de 107.069,98 €.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Rubricas	2022	2021
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património Líquido	80 655 580,50 €	80 512 033,48 €
Património/Capital	20 811 649,64 €	20 811 649,64 €
Reservas	2 176 702,44 €	2 170 011,58 €
Resultados transitados	35 721 697,21 €	35 594 667,92 €
Ajustamentos em ativos financeiros	785 099,41 €	715 035,50 €
Outras variações no património líquido	20 912 686,84 €	21 086 851,65 €
Resultado líquido do período	247 744,96 €	133 817,19 €
Total Património Líquido	80 655 580,50 €	80 512 033,48 €

Centrando-nos agora no Património Líquido temos que, basicamente, a sua pequena variação no total, com mais 143.547,02€ face a 2021 se deve ao efeito positivo no valor dos Resultados Transitados via aplicação de resultados de 2021, às Reservas, aos Ajustamentos em Ativos Financeiros (movimento que resulta da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial às participadas do Município) e no Resultado Líquido do Período. Em sentido contrário está a diminuição das Outras variações no património líquido

A Demonstração de Resultados por Natureza é o instrumento contabilístico que reflete o desempenho do Município, demonstrando como se formaram os resultados, comparando os rendimentos e gastos.

Como é passível de ser verificado através da estrutura e evolução dos Gastos do Município que se encontra no quadro a seguir, vemos que em 2022 se assistiu a, um aumento face ao ano transato, no montante de 2.771.594,65€.

No entanto, é de referir que em 01/04/2022, foi transferida a Delegação de Competências ao abrigo da Lei nº 50/2018, com impactos nos rendimentos e gastos associados a esta nova competência do município.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Rubricas	2022	2021
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-13 959,80 €	-52 257,22 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-467 611,75 €	-430 431,17 €
Fornecimentos e serviços externos	-5 492 427,37 €	-4 424 614,87 €
Gastos com pessoal	-6 266 280,89 €	-4 607 941,86 €
Transferências e subsídios concedidos	-1 830 775,38 €	-1 536 593,35 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		-74 483,53 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-15 285,24 €
Provisões (aumentos/reduções)		-189 124,59 €
Outros gastos	-285 050,35€	-347 304,62 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-3 870 127,01 €	-3 799 570,18 €
Juros e gastos similares suportados	-157 101,59 €	-134 132,86 €
Total de Gastos	-18 383 334,14 €	-15 611 739,49 €

Com mais pormenor, podemos afirmar que em termos absolutos as maiores variações relativamente ao aumento de gastos face ao ano de 2021 se apresentam em Gastos com Pessoal, com um aumento de 1.658.339,03€, seguido de um aumento de Fornecimentos e Serviços Externos no valor de 1.067.812,50€, de Transferências e Subsídios Concedidos com um aumento de 294.182,03€, dos Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização com um aumento de 70.556,83€, do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas com 37.180,58€ e dos Juros e Gastos Similares Suportados com um aumento de 22.968,73€.

Em sentido contrário, verifica-se uma diminuição de 189.124,59€ nas Provisões, 74.483,53€ e 15.285,24€ na Imparidade de Inventários e ativos biológicos e Imparidade de Dívidas a Receber (respetivamente) e ainda uma diminuição em Outros Gastos no valor de 62.254,27€.

No que concerne à estrutura e evolução dos Rendimentos obtidos pelo Município de Vale de Cambra, o quadro que seguidamente se apresenta permite-nos aferir que globalmente se assistiu a um forte aumento dos rendimentos obtidos em 2022 face a 2021 no valor total de 2.885.522,42€.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Rubricas	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	4 912 226,58 €	4 391 098,71 €
Vendas	865 562,33 €	789 047,32 €
Prestações de serviços e concessões	867 793,16 €	552 495,95 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 260 726,26 €	7 446 015,12 €
Trabalhos para a própria entidade	190 058,30 €	304 833,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5 881,28 €	
Provisões (aumentos/reduções)	218 745,58 €	
Outros rendimentos	2 296 684,89 €	2 257 781,69 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13 400,72 €	4 284,89 €
Total rendimentos	18 631 079,10 €	15 745 556,68 €

O referido aumento teve por base os acréscimos de 1.814.711,14€ na rubrica de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos, de 521.127,87€ nos Impostos, Contribuições e Taxas, de 315.297,21€ nas Prestações de Serviços e Concessões, de 218.745,58€ nas Provisões, 76.515,01 nas Vendas, 38.903,20€ em Outros Rendimentos, 9.115,83€ em Juros e Rendimentos Similares obtidos e ainda 5.881,28€ em Imparidade de Dívidas a Receber. Em sentido contrário, é de notar o efeito negativo mencionado nos Trabalhos para a Própria Entidade, com um valor de 114.774,70€.

A Demonstração das Alterações no Património Líquido que se apresenta em anexo, foi elaborada de acordo com a NCP1, de onde se salienta o resultado do período e outros ajustamentos que foram reconhecidos diretamente no património líquido. Relata também os fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2022 e está classificada por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Este documento apresenta informação que permite uma avaliação do impacto dessas atividades na posição financeira da entidade, quantia de caixa e equivalentes de caixa, recebimento e pagamentos ocorridos associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria), saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte.

As operações de tesouraria são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços municipais efetuam para terceiros, não existindo por isso movimentações orçamentais, logo são apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O quadro que se apresenta de seguida possui uma síntese dos movimentos dos fluxos de caixa ocorridos ao longo do exercício económico de 2022.

FLUXOS DE CAIXA

Recebimentos e Pagamentos	2022	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	2 196 479,22 €	
Recebimentos	16 019 355,68 €	
Pagamentos		13 822 876,46 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento		1 242 106,58 €
Recebimentos	2 830 361,31 €	
Pagamentos		4 072 467,89 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		1 011 443,68 €
Recebimentos	11 656,97 €	
Pagamentos		1 023 100,65 €
Varição de caixa e seus equivalentes	-57 071,04 €	

Saldo de gerência anterior (SGA)	9 509 495,92 €
SGA De execução orçamental	8 850 781,04 €
SGA De operações de tesouraria	658 714,88 €

Saldo para a gerência seguinte (SGS)	9 594 781,57 €
SGS De execução orçamental	8 902 304,89 €
SGS De operações de tesouraria	692 476,68 €

Da análise aos movimentos financeiros que ocorreram na gerência de 2022, conclui-se que o montante que deriva da poupança nas atividades operacionais, no valor de 2.196.479,22€ (diferença entre os recebimentos relativos às atividades operacionais e os pagamentos), foi utilizado para custear as atividades de investimento e as atividades de financiamento.

Aos valores relativos da variação de caixa e seus equivalentes de 2022 soma-se o saldo da gerência anterior que totaliza 9.509.495,92€ e se divide em 8.850.781,04€ relativo à execução orçamental e 658.714,88€ relativo a operações de tesouraria.

Consequentemente, resulta que o saldo para a gerência seguinte é de 9.594.781,57€, dividido em 8.902.304,89€ que diz respeito a execução orçamental e 692.476,68€ que se refere a operações de tesouraria.

Em sessão de Assembleia Municipal que se realizou a 23 de fevereiro de 2023, aquele valor de 8.902.304,89€ foi utilizado numa alteração orçamental modificativa efetuada ao Orçamento de 2023, procedendo de acordo com a legislação em vigor, no caso, em concordância com o preceituado na Lei n.º 12/2022 de 27 de junho – LOE para 2023, no seu artigo 104.º: “Após aprovação do mapa “Demonstração do desempenho orçamental”, pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental”.

Análise Orçamental

No sentido de conseguir obter uma melhor compreensão da dinâmica da execução orçamental, efetua-se seguidamente uma análise que compara os valores finais, executados e respetivos desvios, da receita e da despesa. Esta análise permite perceber a fiabilidade do orçamento municipal ao mesmo tempo que expõe a capacidade financeira da sua execução em função do montante arrecadado.

Como é sabido, a estrutura orçamental tem como base receitas correntes e receitas de capital, que, por sua vez, suportam diferentes tipologias de despesa. A mesma encontra-se sujeita ao princípio do equilíbrio orçamental, alinhando-se numa perspetiva de otimização da receita angariada face às necessidades de despesa existentes.

É de notar que as taxas de execução da despesa se referem a obrigações efetivamente pagas (e não a despesas com a totalidade dos compromissos assumidos) no exercício de 2022. Por outro lado, a taxa de execução da receita relativiza a cobrança efetiva com a cobrança orçada.

EXECUÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DE 2022

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		TAXA DE EXECUÇÃO (b)/(a)
	FINAL (a)	VALOR (b)	DESVIO (b)-(a)	
1 – Saldo da Gerência Anterior	8 850 781,04	8 850 781,04	0,00	100,00%
Receitas Correntes	17 859 377,00	16 865 229,25	-994 147,75	94,43%
Receitas de Capital	3 117 901,00	2 326 227,24	-791 673,76	74,61%
2 – Total de Receitas	29 828 059,04	28 042 237,53	-1 785 821,51	94,01%
Despesas Correntes	17 940 059,04	13 776 807,56	-4 163 251,48	76,79%
Despesas de Capital	11 888 000,00	5 363 125,08	-6 524 874,92	45,11%
3 – Total de Despesas	29 828 059,04	19 139 932,64	-10 688 126,40	64,17%

Verifica-se, na sequência da análise efetuada, que o total do orçamento final para o exercício foi de 29.828.059,04€, sendo o total da receita cobrada (incluindo saldo de gestão anterior) de 28.042.237,53€ e o total da despesa paga de 19.139.932,64€.

O valor total da despesa paga corresponde a um valor que ultrapassa os 19 milhões de euros, o que se traduz num índice de realização do orçamento da despesa de 64,17%.

A taxa de execução das despesas de investimento atingiu 45,11%, tendo-se aproximado dos 6 milhões de euros. Já as despesas correntes apresentaram uma execução de 76,79%, o que determina que sejam estas as despesas que mais convergem para a execução orçamental.

As receitas correntes apresentam uma execução de 94,43%, o que significa que do total de 17.859.377,00€ previstos arrecadar foram cobrados 16.865.229,25€. O desvio é de, portanto, (-) 994.147,75€.

No que se refere às receitas de capital, para uma previsão final de 3.938.064,79€ arrecadaram-se 3.117.901,00€, ou seja, 74,61% face ao valor previsto, gerando um desvio de (-) 791.673,76€.

No entanto, é de referir que em 01/04/2022, foi transferida a Delegação de Competências ao abrigo da Lei nº 50/2018, com impactos nos rendimentos e gastos associados a esta nova competência do município.

Execução Orçamental da Receita

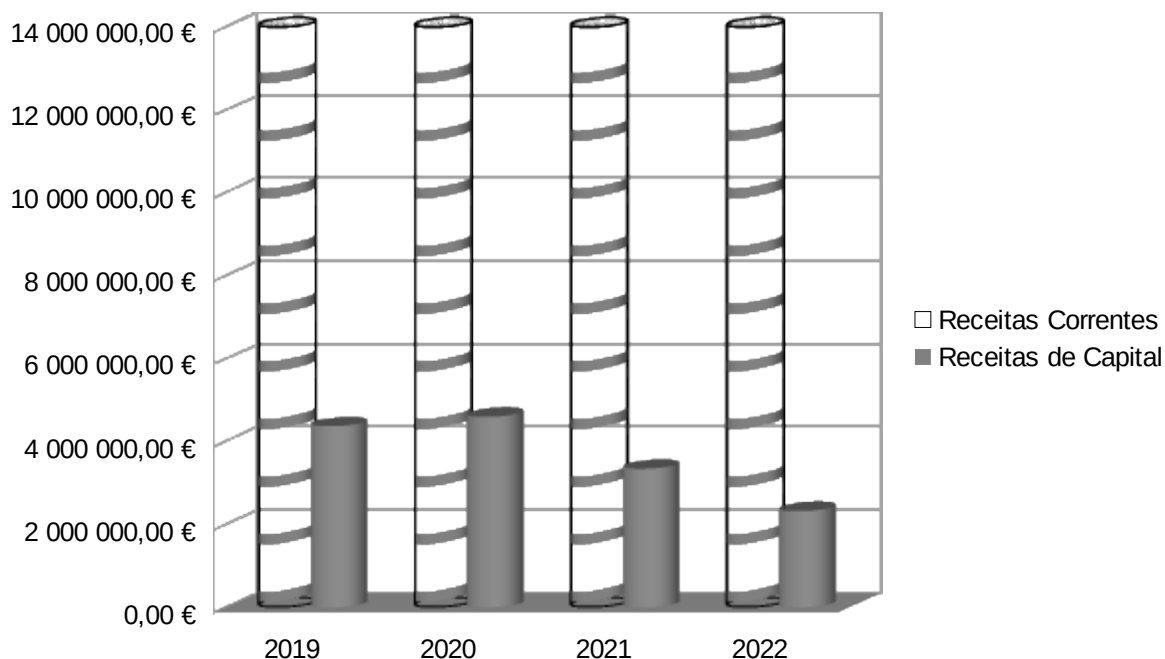
No quadro e gráfico que são apresentados de seguida é passível de serem observados os valores da receita executada ao longo dos quatro últimos exercícios.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA DE 2019 A 2022

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2019		2020		2021		2022	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Receitas Correntes	14 087 420,88 €	76,32%	14 051 223,58 €	75,33%	14 295 804,98 €	81,04%	16 865 229,25 €	87,88%
Receitas de Capital	4 371 131,16 €	23,68%	4 600 968,39 €	24,67%	3 345 260,22 €	18,96%	2 326 227,24 €	12,12%
Total	18 458 552,04 €	100,00%	18 652 191,97 €	100,00%	17 641 065,20 €	100,00%	19 191 456,49 €	100,00%

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2022



A execução da receita para o ano de 2022 foi de 19.191.456,49€. Dentro deste valor, 16.865.229,25€ correspondem ao montante das receitas correntes e 2.326.227,24€ dizem respeito às receitas de capital executadas.

O montante da receita total cobrada (excecionando saldo de gerência) registou uma taxa de execução de 91,49%, face às previsões corrigidas.

Tendo em consideração toda a estrutura da receita, verifica-se que as receitas correntes apresentam uma muito maior expressividade na sua cobrança face às receitas de capital, pois correspondem a um peso de 87,88% face a 12,12%, respetivamente.

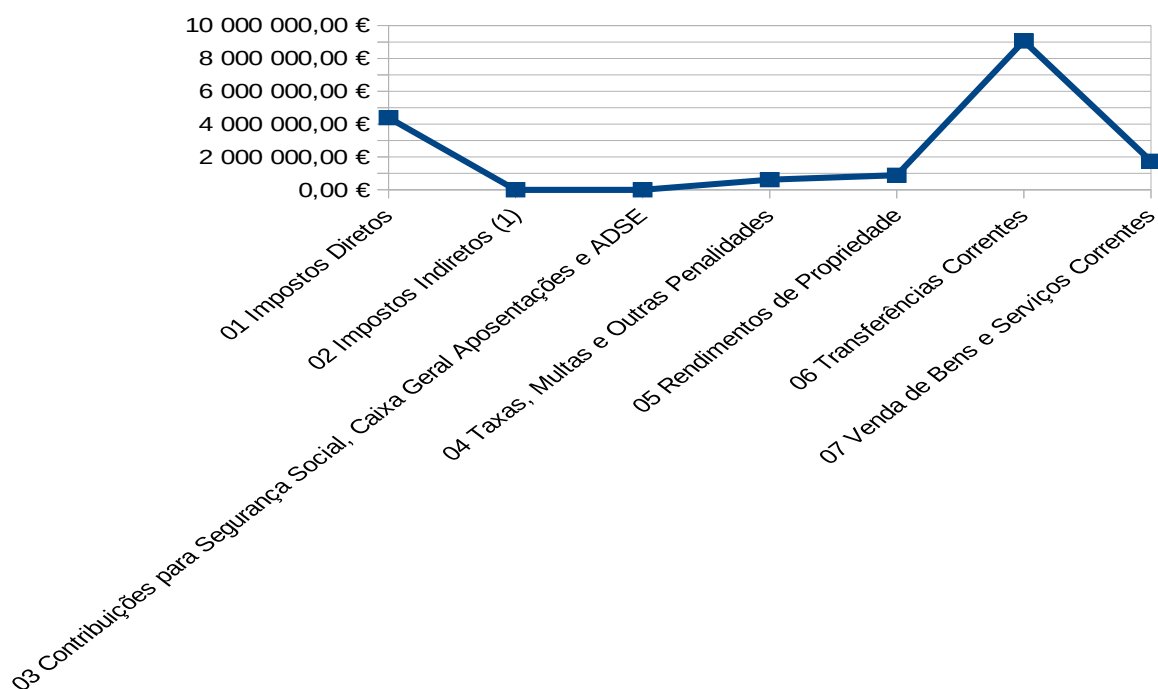
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA POR CLASSIFICAÇÃO

Un.: Euros (€)

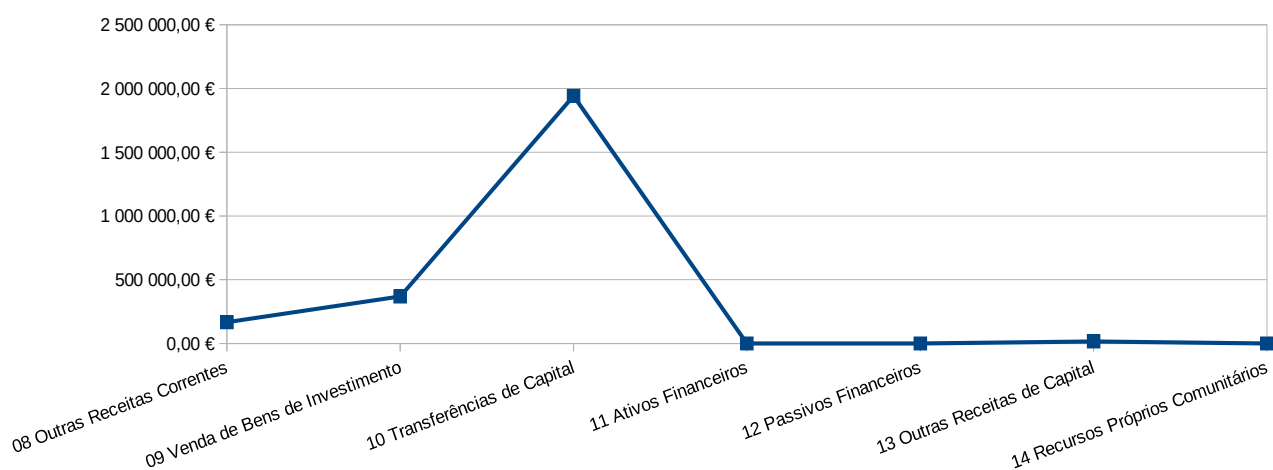
DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA LIQUIDA			
	2019	2020	2021	2022
01 Impostos Diretos	3 963 797,69	3 831 484,88	4 060 124,44	4 390 788,63
02 Impostos Indiretos (1)	323 013,92	285 326,81	0,00	0,00
03 Contribuições para Segurança Social, Caixa Geral Aposentações e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	307 526,48	318 927,80	498 387,01	616 229,96
05 Rendimentos de Propriedade	684 300,60	685 144,87	686 411,44	886 527,64
06 Transferências Correntes	6 876 390,82	7 383 222,68	7 458 403,23	9 064 936,37
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1 667 472,15	1 414 649,64	1 412 812,62	1 740 161,51
08 Outras Receitas Correntes	264 919,22	132 466,90	179 666,24	166 585,14
09 Venda de Bens de Investimento	278 468,31	273 893,50	33 864,00	368 390,00
10 Transferências de Capital	4 092 662,85	3 369 194,23	3 292 519,30	1 942 053,60
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
12 Passivos Financeiros	0,00	900 719,92	0,00	0,00
13 Outras Receitas de Capital	0,00	57 160,74	18 876,92	15 783,64
14 Recursos Próprios Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
16 Saldo da Gerência Anterior	5 152 903,94	5 739 343,20	8 312 459,02	8 850 781,04
Total	23 611 455,98	24 391 535,17	25 953 524,22	28 042 237,53

(1) – Por força de alteração do classificador contabilístico, a tipologia 02 Impostos Indiretos foi retirada do plano de contas orçamental municipal

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA CORRENTE EM 2022



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA DE CAPITAL EM 2022



Efetuada que está a análise ao conjunto da receita que foi arrecadada em 2022, tal como apresentado nos gráficos e quadro anteriores, é possível verificar que as receitas próprias do Município, resultantes dos impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes, representam um montante muito significativo, atingindo o valor de 7.800.292,88€, a que se junta o valor do saldo de gerência de 2021 de 8.850.781,04€, totalizando assim 16.651.073,92€. Ainda assim, é de notar que as transferências correntes e de capital são tidas como essenciais na arrecadação da receita do Município (mormente as primeiras), alcançando em 2022 os montantes de 9.064.936,37€ e 1.942.053,60€, respetivamente.

No conjunto das receitas próprias, os impostos diretos são a rubrica que apresenta uma maior expressão, uma vez que atinge uma arrecadação no valor de 4.390.788,63€ na gerência de 2022, seguindo-se a venda de bens e prestações de serviços correntes, com 1.740.161,51€. A venda de bens de investimento resultou numa taxa de execução de 44,91%, originada pelo peso da execução absoluta no valor de 368.390,00€ face ao montante que estava previsto no valor de 820.202,00€.

Retirando desta análise o valor do saldo da gerência anterior, a receita líquida cobrada em 2022 atingiu um valor de 19.191.456,49€, voltando a assistir-se, de forma semelhante ao que vinha acontecendo nos exercícios económicos anteriores, à primazia das receitas correntes em relação às receitas de capital, bem por força dos impostos diretos e principalmente das transferências correntes.

Execução Orçamental da Despesa

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, que no fundo se traduz nas disponibilidades de tesouraria até 31 de dezembro de cada exercício económico. É de referir que isso representa não só a despesa do ano em análise, mas também a despesa transitada de anos anteriores e que seja paga no ano económico em questão.

É nesse sentido, e tendo sempre em vista a responsabilidade que as autarquias locais, e,

neste caso, os municípios, têm na prestação de diversos serviços públicos da maior necessidade para as suas populações, como são exemplo a educação, desporto, cultura, ação social, ordenamento do território, recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, que é absolutamente imperativo que estes mesmos serviços orientados para os cidadãos sejam prestados com qualidade, transparência, eficácia e eficiência.

Consequentemente, neste ponto procede-se a uma análise da despesa executada, identificando-se, por um lado, o alcance mais genérico das despesas correntes e das despesas de capital e, por outro lado, observando a sua natureza mais específica, como sejam, por exemplo, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, entre outras.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE 2019 A 2022

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2019		2020		2021		2022	
	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	10 245 202,57	57,33%	9 953 221,71	61,90%	11 232 764,75	65,68%	13 776 807,56	71,98%
Despesas de Capital	7 626 910,21	42,67%	6 125 854,44	38,10%	5 869 978,43	34,32%	5 363 125,08	28,02%
Total	17 872 112,78	100,00%	16 079 076,15	100,00%	17 102 743,18	100,00%	19 139 932,64	100,00%

A análise à evolução global da despesa paga no período de 2019 a 2022, permite observar um novo aumento de despesas correntes pagas em 2022 face a 2021, algo que já tinha acontecido entre 2020 e 2021. Verifica-se uma diminuição, desde 2019, nos dados relativos ao pagamento de despesas de capital relacionado com a fase final do quadro Portugal 2020, mas cujo valor, ainda assim, representa mais de 28% do valor total pago.

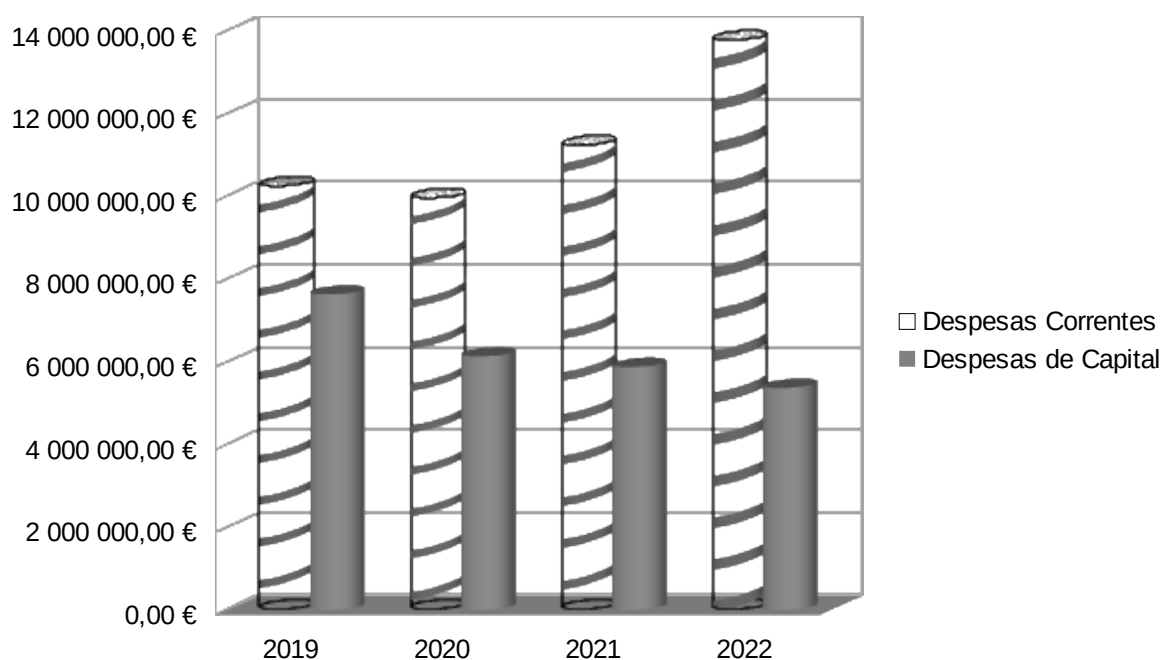
Verifica-se, com a análise ao quadro anterior, que a despesa paga em 2022 totalizou o valor de 19.139.932,64€, apresentando um aumento, relativamente a 2021, de 2.037.189,46€.

Analizados os grandes números da despesa realizada, assiste-se a uma taxa de execução de 64,17% em relação ao valor total previsto de 29.828.059,04€, para o ano económico de 2022.

Conclui-se, da análise aos montantes previsionais face à execução da natureza da

despesa, que a despesa corrente, com um valor previsional de 17.490.059,04€, contribuiu com um peso de 78,77% para o maior rigor da previsão orçamental. Já a despesa de capital, com uma previsão de execução de 11.888.000,00€, alcançou um grau de execução de 45,11%.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE 2019 a 2022



Do montante total de despesa executada, 13.776.807,56€ correspondem a despesas de natureza corrente e 5.363.125,08€ respeitam a despesas de capital, representando um peso de 71,98% e 28,02%, respetivamente.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA 2019 A 2022 POR CLASSIFICAÇÃO

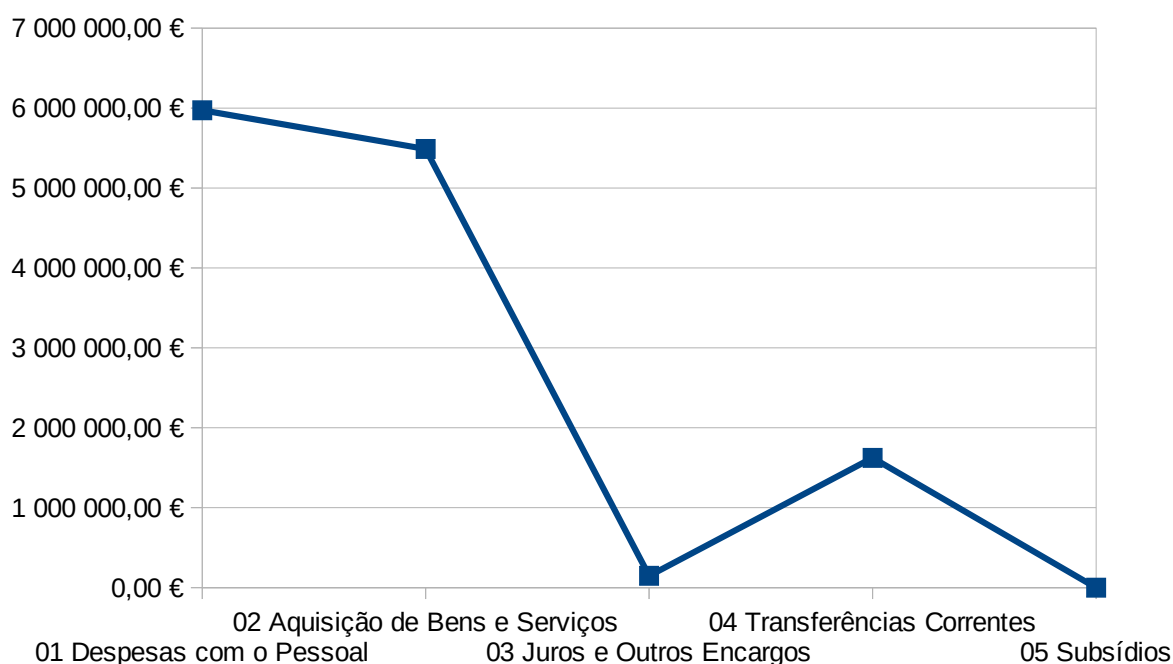
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	DESPESAS PAGAS LIQUIDAS			
	2019	2020	2021	2022
01 Despesas com o Pessoal	4 384 720,89	4 367 209,27	4 571 356,09	5 972 619,15
02 Aquisição de Bens e Serviços	3 746 242,85	3 774 262,03	4 219 484,87	5 488 058,14
03 Juros e Outros Encargos	159 031,21	139 101,20	129 609,84	147 789,04
04 Transferências Correntes	1 193 242,14	1 100 496,81	1 400 525,83	1 623 959,03
05 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Outras Despesas Correntes	761 965,48	572 152,40	911 788,12	544 382,20
07 Aquisição de Bens de Capital	6 570 702,76	5 139 401,38	4 722 618,57	4 335 660,22
08 Transferências de Capital	82 443,59	35 351,11	187 500,00	156 331,96
09 Ativos Financeiros	26 089,75	39 134,61	0,00	0,00
10 Passivos Financeiros	947 674,11	911 967,34	959 859,86	871 132,90
Total	17 872 112,78	16 079 076,15	17 102 743,18	19 139 932,64

Procedendo à análise do quadro anterior, é possível verificar que as despesas representativas do gasto necessário ao normal funcionamento da atividade do Município – despesas de funcionamento - onde se incluem as despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, atingiram o valor total de 12.005.059,49€. Esse valor traduz-se num peso de 62,72% face ao montante de despesa paga no ano de 2022.

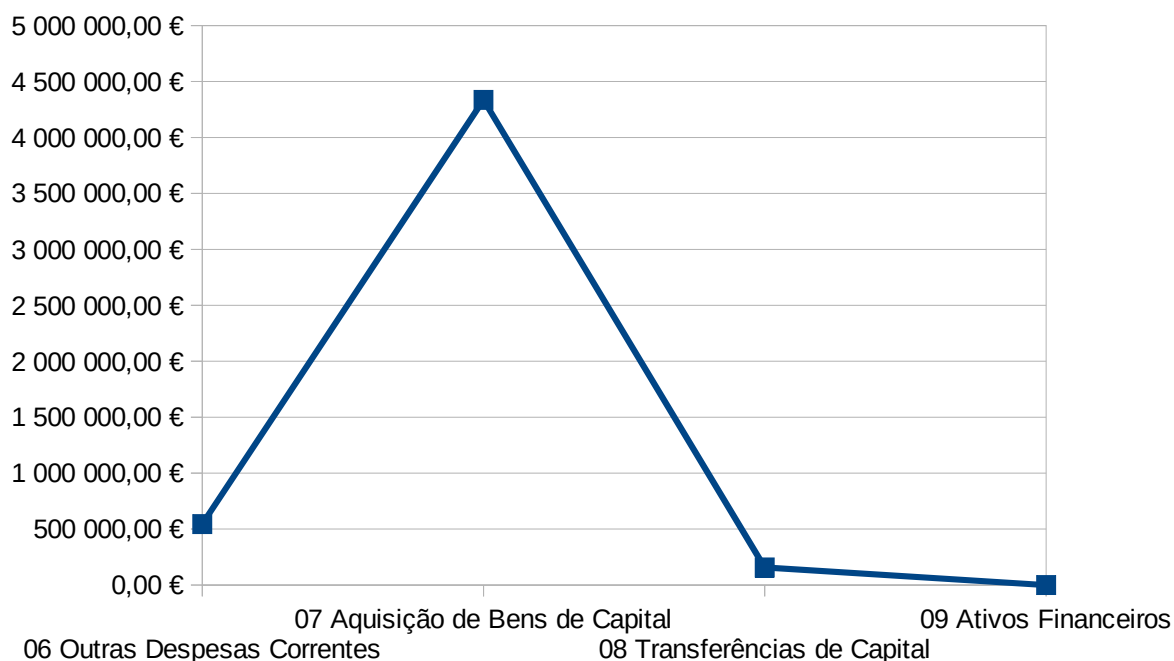
O valor pago com aquisição de bens de capital, que totaliza 4.335.660,22€, corresponde a 22,65% da despesa paga no ano em questão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA CORRENTE EM 2022



No que diz respeito às despesas de capital (onde estão consideradas as rubricas referentes a investimentos, às transferências de capital e aos ativos e passivos financeiros), são as despesas com a aquisição de bens de capital e com os passivos financeiros que têm maior relevância para o Município, pagando-se 4.335.660,22€ e 871.132,90€, respetivamente, do total da despesa orçada para o exercício em análise, conforme execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA DE CAPITAL EM 2022



Execução das Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP) consubstanciam a estrutura do planeamento estratégico do Município, constituindo uma orientação política de desenvolvimento económico e social. As GOP encontra-se suportadas em dois importantes documentos distintos, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipal (PAM).

O quadro apresentado de seguida procura constituir um elemento facilitador da análise estrutural detalhada das despesas de capital, essencialmente no que diz respeito às funções e sub-funções realizadas de acordo com os objetivos e programas aprovados no PPI (documento que se nos afigura como constituindo a primeira base de orientação estratégica municipal) revelando o peso de cada função bem como o seu contributo para esta conta de gerência.

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2022

Un.: Euros (€)

OBJETIVO	DESIGNAÇÃO DO PROJETO	MONTANTE PREVISTO 2022	MONTANTE PREVISTO ANOS SEQUINTE	MONTANTE EXECUTADO 2022	EXEC. FIN.
1.	Funções Gerais	1 580 800,00 €	4 722 741,00 €	987 880,21 €	62,49%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1 045 700,00 €	4 142 341,00 €	667 666,14 €	63,85%
1.1.1.	Administração Geral	1 045 700,00 €	4 142 341,00 €	667 666,14 €	63,85%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	535 100,00 €	580 400,00 €	320 214,07 €	59,84%
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	535 100,00 €	580 400,00 €	320 214,07 €	59,84%
2.	Funções Sociais	5 946 150,00 €	8 874 223,00 €	1 698 037,00 €	28,56%
2.1.	Educação	890 800,00 €	842 200,00 €	197 928,36 €	22,22%
2.1.1.	Ensino Não Superior	890 800,00 €	842 200,00 €	197 928,36 €	22,22%
2.3.	Segurança e Ação Social	1 158 250,00 €	2 460 600,00 €	90 327,89 €	7,80%
2.3.2.	Ação Social	1 158 250,00 €	2 460 600,00 €	90 327,89 €	7,80%
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos	1 861 800,00 €	5 140 523,00 €	718 671,11 €	38,60%
2.4.2.	Ordenamento do Território	458 350,00 €	906 082,00 €	198 853,72 €	43,38%
2.4.3.	Saneamento	588 100,00 €	2 350 250,00 €	181 865,82 €	30,92%
2.4.4.	Abastecimento de Água	808 000,00 €	1 473 400,00 €	336 086,61 €	41,59%
2.4.6.	Proteção Meio Ambiente e Conservação Natureza	7 350,00 €	410 791,00 €	1 864,96 €	25,37%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	2 035 300,00 €	430 900,00 €	691 109,64 €	33,96%
2.5.1.	Cultura	1 862 200,00 €	210 700,00 €	619 072,82 €	33,24%
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	173 100,00 €	220 200,00 €	72 036,82 €	41,62%
3.	Funções Económicas	3 113 050,00 €	3 441 500,00 €	1 649 743,01 €	52,99%
3.2.	Indústria e Energia	259 300,00 €	1 048 550,00 €	78 698,60 €	30,35%
3.2.0.	Indústria e Energia	259 300,00 €	1 048 550,00 €	78 698,60 €	30,35%
3.3.	Transportes e Comunicações	2 011 600,00 €	2 372 200,00 €	1 119 076,46 €	55,63%
3.3.1.	Transportes Rodoviários	2 011 600,00 €	2 372 200,00 €	1 119 076,46 €	55,63%
3.4.	Comércio e Turismo	842 150,00 €	20 750,00 €	451 967,95 €	53,67%
3.4.1.	Mercados e Feiras	301 050,00 €	0,00 €	298 396,36 €	99,12%
3.4.2.	Turismo	541 100,00 €	20 750,00 €	153 571,59 €	28,38%
Total		10 640 000,00 €	17 038 464,00 €	4 335 660,22 €	40,75%

A observação do quadro anterior permite concluir que a subfunção 3.4.1. Mercados e Feiras foi a que maior grau de execução obteve, com uma percentagem de 99,12% face ao total executado. Em termos absolutos foi a subfunção 3.3.1 Transportes Rodoviários que registou maior execução com o valor de 1.119.076,46€.

Das três principais funções, as funções sociais são as que foram financeiramente mais representativas em 2022, com um valor executado de 1.698.037,00€, sendo que dentro destas a que apresenta maior relevância, com um valor executado de 718.671,11€, são as funções inerentes à Habitação e Serviços Coletivos.

De seguida, são as funções económicas com um montante de execução alcançado, no exercício económico em análise, de 1.649.743,01€ que maior relevância apresentam nas funções gerais.

Alterações Orçamentais

Por força da execução inerente aos próprios exercícios económicos, na sua vigência são geralmente realizadas alterações orçamentais que permite a adequação do orçamento à execução orçamental derivado de despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial.

No respeitante ao exercício de 2022 ocorreram sessenta e três alterações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

NATUREZA DAS ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2022

Un.: Número

	ALTERAÇÃO	
	PERMUTATIVA	MODIFICATIVA
Orçamento da Despesa	62	1
Orçamento da Receita	1	1
Plano Plurianual de Investimentos	50	1
Plano de Atividades Municipais	41	1

Dispondo a informação relativa às alterações orçamentais por grupos em que se agregam quer os reforços, quer as diminuições a que estiveram sujeitas as diferentes rubricas económicas da despesa e da receita autárquica, analisa-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano de 2022, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA DE 2022

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	DOTAÇÕES INICIAIS		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
Despesas Correntes	11 436 720,00	57,24%	8 552 743,02	2 049 403,98	17 940 059,04	60,14%
01 Despesas com o pessoal	5 281 550,00	26,43%	2 500 643,02	1 246 453,98	6 535 739,04	21,91%
02 Aquisição de bens e serviços	3 931 445,00	19,68%	4 763 650,00	578 950,00	8 116 145,00	27,21%
03 Juros e outros encargos	118 300,00	0,59%	50 000,00	,00	168 300,00	0,56%
04 Transferências correntes	1 214 825,00	6,08%	924 950,00	31 500,00	2 108 275,00	7,07%
06 Outras despesas correntes	890 600,00	4,46%	313 500,00	192 500,00	1 011 600,00	3,39%
Despesas de Capital	8 544 050,00	42,76%	8 662 400,00	5 318 450,00	11 888 000,00	39,86%
07 Aquisição de bens de capital	7 507 850,00	37,58%	8 425 400,00	5 293 250,00	10 640 000,00	35,67%
08 Transferências de capital	47 150,00	0,24%	237 000,00	25 200,00	258 950,00	0,87%
09 Ativos financeiros	50,00	0,00%	0,00	,00	50,00	0,00%
10 Passivos financeiros	989 000,00	4,95%	0,00	,00	989 000,00	3,32%
Total	19 980 770,00	100,00%	17 215 143,02	7 367 853,98	29 828 059,04	100,00%

Do exposto no quadro anterior verifica-se que em consequência das alterações realizadas ao orçamento da despesa para o exercício económico em análise, foram executados reforços no valor de 17.215.143,02€, que tiveram como contrapartida a diminuição das dotações de algumas das rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, no montante total de 7.367.853,98€.

Conclui-se ainda que, da leitura dos números apresentados no mesmo quadro, que houve necessidade de um reforço orçamental de 8.850.781,04€ (tendo sido utilizado o saldo orçamental da gerência anterior), resultado da variação do valor global do orçamento inicial face ao orçamento final e as despesas correntes apresentaram um aumento de 6.503.339,04€.

Ainda relativamente às alterações às diversas tipologias de despesa, para além das prováveis implicações que os diferentes reforços e diminuições contêm exclusivamente no orçamento da despesa, tiveram obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais, determinando por isso modificações e também revisões naqueles documentos.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA DE 2022

Un.: Euros (€)

RUBRICAS	PREVISÕES INICIAIS		ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
	Valor	%	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Valor	%
Receitas Correntes	15 096 869,00	75,56%	3 453 508,00	691 000,00	17 859 377,00	59,87%
01 Impostos diretos	3 945 000,00	19,74%	448 000,00	0,00	4 393 000,00	14,73%
02 Impostos indiretos	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
04 Taxas, multas e outras penalidades	553 600,00	2,77%	128 000,00	0,00	681 600,00	2,29%
05 Rendimentos de propriedade	770 550,00	3,86%	118 000,00	0,00	888 550,00	2,98%
06 Transferências correntes	7 796 319,00	39,02%	2 495 508,00	691 000,00	9 600 827,00	32,19%
07 Venda de bens e serv. correntes	1 421 300,00	7,11%	264 000,00	0,00	1 685 300,00	5,65%
08 Outras receitas correntes	610 100,00	3,05%	0,00	0,00	610 100,00	2,05%
Receitas de Capital	4 883 901,00	24,44%	8 884 781,04	1 800 000,00	11 968 682,04	40,13%
09 Vendas de bens de investimento	786 202,00	3,93%	34 000,00	0,00	820 202,00	2,75%
10 Transferências de capital	4 077 599,00	20,41%	0,00	1 800 000,00	2 277 599,00	7,64%
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
13 Outras receitas de capital	20 100,00	0,10%	0,00	0,00	20 100,00	0,07%
16 Saldo da gerência anterior	0,00	0,00%	8 850 781,04	0,00	8 850 781,04	29,67%
Total	19 980 770,00	100,00%	12 338 289,04 €	2 491 000,00	29 828 059,04	100,00%

A alteração modificativa ao orçamento da receita teve por finalidade a incorporação do saldo transitado da gerência anterior, no montante de 8.850.781,04€, como reforço da receita orçada bem como para acrescer o valor de 996.508,00€ relativo a receitas provenientes do processo de transferência de competências. Já as alterações permutativas das modificações deveram-se a um conjunto de diminuições pois as dotações das rubricas modificadas revelaram-se elevadas face às execuções previstas até ao final do ano de 2022.

Serviço da Dívida

Pretendendo proceder a uma avaliação, também numa perspetiva orçamental, do peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo (nomeadamente com juros e respetivas amortizações) no total da despesa e receita municipal, apresenta-se o quadro seguinte. Este propõe-se a apresentar a evolução do serviço da dívida nos últimos quatro anos, considerando portanto juros e amortizações de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo Município de Vale de Cambra.

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA 2022

	2019	2020	2021	2022
Juros	147 393,60	139 101,20	129 584,49	147 714,2
Amortizações	947 674,11	911 967,34	959 859,86	871 132,9
Total	1 095 067,71	1 051 068,54	1 089 444,35	1 018 847,1
Dívida	10 813 743,13	9 866 069,02	9 854 821,60	8 894 961,7

Os indicadores do serviço da dívida refletem o comportamento identificado em sede de análise do endividamento de médio e longo prazo. A dívida financeira total deste município diminuiu, face a 2021, 959.859,86€.

Rácios Orçamentais

Conforme oportunamente referido, da execução do orçamento e do plano é possível retirar conclusões também sobre a estratégia da gestão municipal. As mesmas são passíveis de ser condensadas através de um conjunto de indicadores, que se apresentam de seguida.

RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	Un.: Euros (€)	
	2021	2022
Rácios da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	28,40%	26,03%
Transferências Correntes / Receitas Correntes	52,17%	53,75%
Venda de Bens e Serviços / Receitas Correntes	9,88%	10,32%
Receitas Correntes / Receitas Totais	55,08%	60,14%
Receitas de Capital / Receitas Totais	12,89%	8,30%
Rácios da Despesa		
Despesas com o Pessoal / Despesas Correntes	40,70%	43,35%
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	37,56%	39,84%
Investimentos / Despesas de Capital	80,45%	80,84%
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	16,35%	16,24%
Despesas Correntes / Despesas Totais	65,68%	71,98%
Despesas de Capital / Despesas Totais	34,32%	28,02%
Rácios Financeiros		
Despesas com o Pessoal / Receitas Correntes	31,98%	35,41%
Amortizações + Juros MLP / Receitas Totais	4,20%	3,63%
Receitas Correntes / Despesas Correntes	127,27%	122,42%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	56,99%	43,37%

Nota: A rubrica de receitas totais inclui o saldo da gerência anterior.

Da análise realizada sobre os rácios orçamentais, constata-se o equilíbrio na generalidade dos mesmos. Não obstante, há que notar a diminuição das despesas de capital, e conseqüentemente nas receitas de capital por força da diminuição de financiamentos, que conduz a variações nos rácios onde essas tipologias estejam presentes.

Decorrendo da análise anterior, vemos também que as receitas correntes apresentaram um montante superior às despesas correntes, aumentando inclusive o seu peso face a 2021.

Verifica-se o cumprimento do previsto no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, dado que a receita corrente bruta cobrada em 2021 é superior em 2.457.838,79€ à soma da despesa corrente paga em 2022 com as amortizações médias dos empréstimos, conforme se pode verificar de seguida:

Receita Corrente Bruta Cobrada 2022	17 072 267,43 €
-------------------------------------	-----------------

Despesa Corrente Paga 2022	13 776 807,56 €
Amortizações Médias Empréstimos	837 621,08 €
Total	14 614 428,64 €

Diferença	2 457 838,79 €
------------------	-----------------------

Análise de custos e rendimentos por funções

Tal como oportunamente já referido, ao longo dos últimos anos a Contabilidade Pública tem vindo a sofrer algumas reformas consideradas essenciais ao desenvolvimento e inovação dos sistemas contabilísticos das entidades públicas, e, no caso, no que se refere à gestão financeira e das contas públicas da administração pública municipal.

Mais recentemente, a implementação da alteração operada por força da obrigatoriedade de implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) veio reforçar a importância da Contabilidade de Gestão enquanto instrumento de gestão financeira. Assim, tal veio a assegurar, e de acordo com a Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP27), a produção de informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, o que visa a satisfação de uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos, tendo como objetivo o enriquecimento do processo de tomada de decisões.

Efetivamente, a implementação do SNC-AP procedeu à criação de bases tidas como essenciais para o desenvolvimento de um sistema de Contabilidade de Gestão na Administração Pública, definindo portanto os requisitos gerais para a sua apresentação, procedendo a orientações para a sua estrutura e desenvolvimento, tal como prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação. É neste sentido, existindo já as condições mínimas necessárias para a integração consistente da contabilidade orçamental, financeira e de gestão, que a Contabilidade de Gestão se revela um instrumento com importância para o apoio à gestão.

Tendo aquelas premissas sempre em consideração, a Contabilidade de Gestão no Município de Vale de Cambra tem vindo a focar-se numa análise dos custos e dos rendimentos por funções, conseguindo, assim, a obtenção de informação adicional para a gestão. É através do apuramento dos custos e da alocação da receita dos respetivos bens, serviços e funções, que se torna então possível a obtenção de determinados indicadores e a análise de desvios que contribuem para o acompanhamento e controlo da gestão dos projetos municipais.

Este é, assim, uma tipologia de contabilidade que adiciona informação, completando-a, pois permite aos serviços municipais passarem a apurar, além dos gastos, também os

rendimentos e os resultados das atividades e projetos que contribuem para a concretização das políticas públicas e para o cumprimento dos objetivos do executivo em funções.

É de notar, no entanto, que não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários, situação agravada com a delegação de competências da administração central. Esta é uma situação que já se encontra a ser ultrapassada em 2023.

Atentando a este enquadramento, apresenta-se de seguida uma análise dos custos e rendimentos por funções, seguindo-se uma análise dos custos e rendimentos por unidades orgânicas do Município de Vale de Cambra no ano de 2022.

Análise dos Custos por Funções

Estando de acordo com o preceituado no SNC-AP, em articulação com a NCP27, a Contabilidade de Gestão do Município de Vale de Cambra, assenta numa classificação funcional dos custos.

Nesse sentido, existem quatro grandes áreas de intervenção, a saber, as funções gerais, as funções sociais, as funções económicas e outras funções. A partir dessa estrutura, é passível de ser verificado qual o contributo de cada uma delas para o desenvolvimento nas áreas de intervenção e prossecução das suas atribuições, quantificando os objetivos a atingir pelo município, nos diversos níveis.

CUSTOS POR FUNÇÕES

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2021		2022	
	CUSTO	%	CUSTO	%
Administração geral	2 293 270,30	14,73%	3 374 388,24	18,34%
Proteção civil e luta contra incêndios	587 300,38	3,77%	301 501,14	1,64%
Ensino não superior	2 275 985,50	14,62%	3 305 865,39	17,97%
Serviços auxiliares de ensino	5 420,82	0,03%	9 607,07	0,05%
Saúde	97 645,16	0,63%	86 793,64	0,47%
Ação social	123 354,29	0,79%	421 919,79	2,29%
Habitação	3 892,42	0,03%	24 966,60	0,14%
Ordenamento do território	623 628,15	4,01%	593 576,59	3,23%
Saneamento	612 514,95	3,93%	493 682,65	2,68%
Abastecimento de água	923 572,61	5,93%	833 697,32	4,53%
Resíduos sólidos	878 820,24	5,65%	1 299 915,96	7,07%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	89 748,31	0,58%	639 390,19	3,48%
Cultura	829 928,75	5,33%	1 269 276,43	6,90%
Desporto, recreio e lazer	1 140 022,65	7,32%	1 469 307,40	7,99%
Outras atividades cívicas e religiosas	391 187,86	2,51%	28 182,85	0,15%
Outras funções sociais	13 561,05	0,09%	39 145,28	0,21%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	108 909,89	0,70%	158 659,89	0,86%
Indústria e energia	502 973,86	3,23%	234 371,45	1,27%
Transportes rodoviários	255 737,31	1,64%	1 132 138,22	6,15%
Mercados e feiras	47 427,18	0,30%	50 912,25	0,28%
Turismo	169 395,16	1,09%	140 200,28	0,76%
Outras funções económicas	1 153 281,93	7,41%	24 329,66	0,13%
Diversas não especificadas	2 440 015,06	15,67%	2 464 441,07	13,40%
Total	15 567 593,83	100,00%	18 396 269,36	100,00%

No estudo efetuado ao quadro dos custos por funções apresentado destaca-se que a administração geral, grupo que agrega os órgãos da autarquia e os seus serviços de apoio, é aquele que mais se destaca com um contributo de 18,34% dos custos totais do Município para 2022, com um custo superior a 3 milhões de euros. Destes, 75%, num valor superior a 2,5 milhões de euros, referem-se a custos de funcionamento corrente dos serviços que a constituem, nomeadamente ao nível da divisão administrativa, jurídica e de recursos humanos que contribuiu com um valor que ascende a cerca de 1,8 milhões de

euros. Para este contributo destacam-se os serviços de apoio jurídico e a gestão de recursos humanos, com um valor superior a 1,5 milhões de euros. Para este peso de 75%, relativos ao contributo dos serviços de apoio do município, podemos referir ainda, a divisão financeira e do património, com um valor próximo dos 600 mil euros, cujo peso superior a 50% se refere ao serviço de contabilidade.

Das funções que mais contribuíram para o total de custos do Município em 2022, com 17,97%, podemos destacar o custo relativo ao ensino não superior, com um valor que ultrapassa os 3 milhões de euros.

Este valor deve-se em grande parte à concretização, em abril de 2022, da transferência de competências no domínio da educação, nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Neste sentido, contribuíram fundamentalmente os custos com os 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário, com um valor superior a 1,3 milhões de euros, ou seja, cerca de 42% do total desta rubrica.

Já os níveis de ensino pré-escolar e de 1º ciclo, incluindo as despesas correntes e de manutenção dos seus edifícios, contribuíram com um valor que ultrapassa 1,4 milhões de euros, sendo que o valor relativo aos transportes escolares é superior a 400 mil euros, o que no seu conjunto representou cerca de 57% do peso total da rubrica.

É importante referir que as outras funções (diversas não especificadas), contribuíram para o total de custos do Município com um peso de cerca de 13%, significando um custo que ultrapassa os 2,4 milhões de euros. Nestas incluem-se a gestão operacional, manutenção e aquisição de máquinas e viaturas da divisão de obras municipais e equipamentos, com um valor que ultrapassa 1 milhão de euros, o que representa cerca de 47% do total de custos desta função, assim como outras construções e intervenções, com um valor de cerca de 1 milhão de euros, representando cerca de 44% do total desta função.

No que se refere ao desporto, recreio e lazer, esta função contribuiu para os custos apurados no ano de 2022 com um valor superior a 1,4 milhões de euros, ou seja, um peso muito próximo dos 8% do total de custos do Município.

Sublinhamos neste grupo os gastos com a manutenção e despesas tidas com o funcionamento corrente de instalações desportivas, como sejam, as piscinas municipais cobertas e descobertas e os pavilhões, cujo peso é de cerca de 44% do total desta função, com um valor superior a 600 mil euros.

Mantendo-se Vale de Cambra como *Município Amigo do Desporto*, salientamos ainda os gastos tidos com o fomento da prática desportiva, onde englobamos a escola municipal de natação, as férias desportivas, o *runcambra* e outros eventos pontuais usados simultaneamente para a promoção da marca *O Vale Mágico*, com um valor superior a 400 mil euros, ou seja, um peso de 27%.

São de referir também os gastos tidos com a manutenção e conservação de parques e jardins, onde se incluem as despesas gerais com o Parque da Cidade, que representam cerca de 22% dos custos totais do desporto, recreio e lazer, isto é, um valor superior a 300 mil euros.

Já a função relativa aos resíduos sólidos representam um peso de 7% dos custos totais das várias funções em análise, ao qual corresponde um valor superior a 1 milhão de euros.

Para esta função contribuem fundamentalmente os gastos com a recolha de resíduos urbanos e limpeza dos vários espaços públicos do Município, com um valor que ultrapassa 1 milhão de euros, o que equivale a 92% do total desta função.

Reporta-se, para o ano em análise, o peso aproximado de 7% do total das funções ocupado pela cultura, com um valor elevado a 1,2 milhões de euros.

O peso ocupado por esta função deve-se em grande parte ao valor gasto com eventos diversos, no qual englobamos o apoio a outras entidades promotoras de eventos culturais no concelho e onde se destacam as Festas do Município e de Santo António e as festividades ligadas ao natal, com um valor superior aos 700 mil euros, ou seja, 57% do total desta função. Sendo que os restantes 43%, isto é, um valor que ultrapassa os 500 mil euros se referem a manutenção e despesas tidas com o funcionamento corrente de instalações culturais, nomeadamente, biblioteca e centro cultural.

CUSTOS POR TIPO DE FUNÇÃO

Un.: Euros (€)

FUNÇÃO	2021		2022	
	CUSTO	%	CUSTO	%
Funções Gerais	2 880 570,68	18,50%	3 675 889,38	19,98%
Funções Sociais	8 009 282,76	51,45%	10 515 327,16	57,16%
Funções Económicas	2 237 725,33	14,37%	1 740 611,75	9,46%
Outras Funções	2 440 015,06	15,67%	2 464 441,07	13,40%
Total	15 567 593,83	100,00%	18 396 269,36	100,00%

À semelhança do que foi verificado no ano anterior, para esta análise dos custos agregados por tipo de função, continuam a ser as funções sociais que mais se evidenciam com um valor superior a 10,5 milhões de euros, correspondentes a um peso de 57%.

Para o alcance deste resultado foram as rubricas relativas ao ensino não superior e ao desporto, recreio e lazer, conforme já referido na análise anterior, e dos serviços essenciais ligados à gestão de resíduos sólidos, que mais contribuíram, com de cerca de 58% no seu conjunto, face ao total de custos deste tipo de função, com um valor superior aos 6 milhões de euros.

Segue-se a cultura, que isoladamente contribuiu com um montante superior a 1,2 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 12% dos custos da função social.

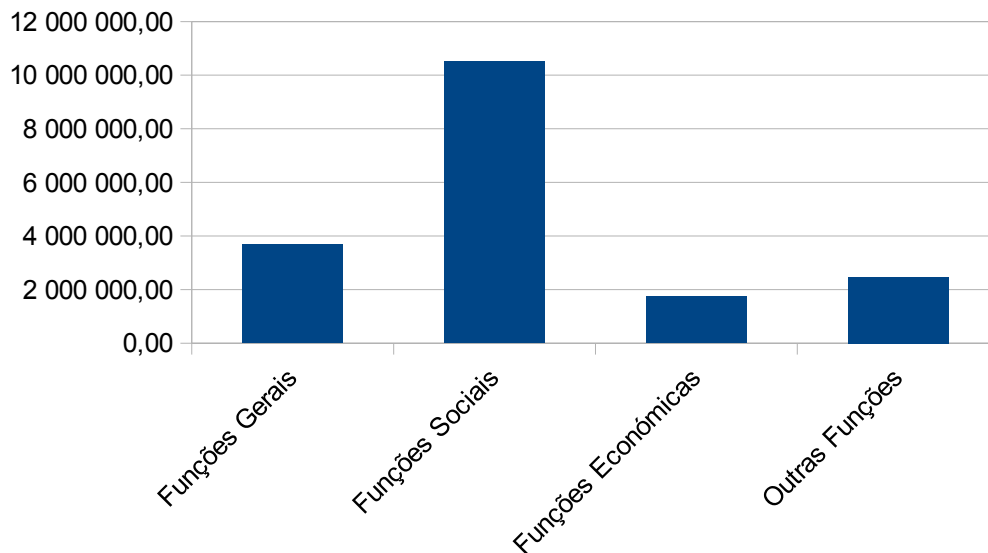
Conforme se pode concluir pela análise do quadro acima e à semelhança do ano anterior, com um valor que supera os 3,6 milhões de euros e um peso muito próximo dos 20%, do total, temos as funções gerais cujo maior contributo se refere à administração geral, com um peso de cerca de 92%.

Em harmonia com a análise efetuada para este tipo de função, o maior contributo para o resultado apresentado vem da administração geral devido, em grande parte, a custos de funcionamento corrente dos serviços que a compõem.

Seguidamente, no domínio das outras funções, onde se incluem as despesas com a gestão operacional, manutenção e aquisição de máquinas e viaturas e outras construções e intervenções efetuadas pela divisão de obras municipais e equipamentos, representam cerca de 13% do total de custos do Município, com um valor superior a 2,4 milhões de euros.

Por fim, as funções económicas, com um valor que ultrapassa os 1,7 milhões de euros, ou seja, cerca de 9% do custo total das funções em análise, receberam o maior contributo das intervenções contempladas na rubrica da limpeza, manutenção e pavimentação de vias, assim como as intervenções realizadas ao nível do trânsito e sinalização, (nomeadamente no que se refere à manutenção e despesas tidas com o funcionamento corrente do estacionamento público). Tal significa que, no seu conjunto, contribuiu com um valor superior a 1 milhão de euros, isto é, 65% do total dos custos deste tipo de função.

CUSTOS POR FUNÇÃO



Análise dos Rendimentos por Funções

O Sistema de Contabilidade de Gestão, com base no preconizado na NCP 27 (Norma de Contabilidade de Gestão), destina-se a produzir não apenas informação relevante e analítica sobre custos mas também, e sempre que se justifique, sobre rendimentos. Assim, tal possibilita, reitera-se, a satisfação de uma multiplicidade de necessidades de informação para a tomada de decisões por parte dos dirigentes e executivo municipal.

Por forma a satisfazer tais necessidades, o Município de Vale de Cambra, com base na reclassificação da receita por funções, tem a possibilidade de realizar uma análise mais abrangente dos diversos tipos de receita, conforme se apresenta de seguida.

Procede-se assim a uma análise dos rendimentos por funções, que em conjunto com a análise dos custos, permite uma melhoria da informação de gestão e posterior tomada de decisões.

É neste sentido e em conformidade com as áreas de intervenção já analisadas no que se refere à parte do custo que se apresenta de seguida uma análise funcional na qual se pode verificar qual o contributo de cada função no que se refere à receita obtida.

RENDIMENTOS POR FUNÇÕES

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2021		2022	
	RENDIMENTO	%	RENDIMENTO	%
Administração geral	18 422,03	0,13%	103 307,52	0,60%
Proteção civil e luta contra incêndios	4 659,67	0,03%	117 934,67	0,69%
Ensino não superior	285 061,08	2,08%	1 858 555,17	10,82%
Serviços auxiliares de ensino	6 004,25	0,04%	41 277,11	0,24%
Fundo Social Municipal (FSM)	485 612,00	3,54%	709 735,00	4,13%
Ação social	20 416,20	0,15%	20 416,20	0,12%
Habitação	2 867,44	0,02%	3 371,03	0,02%
Ordenamento do território	3 041 710,45	22,19%	3 396 854,00	19,78%
Saneamento	150 185,67	1,10%	301 967,63	1,76%
Abastecimento de água	371 656,55	2,71%	863 905,64	5,03%
Resíduos sólidos	137 734,77	1,00%	277 398,66	1,62%
Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	25 815,37	0,19%	13 653,45	0,08%
Cultura	156,60	0,00%	70 048,39	0,41%
Desporto, recreio e lazer	74 283,30	0,54%	230 365,24	1,34%
Indústria e energia	685 663,08	5,00%	693 683,38	4,04%
Transportes rodoviários	671 368,27	4,90%	708 480,61	4,13%
Mercados e feiras	2 278,40	0,02%	34 407,88	0,20%
Outras funções económicas	569 218,45	4,15%	560 427,52	3,26%
Outros rendimentos da função económica	19 075,27	0,14%	32 387,28	0,19%
Transferências entre Administrações	6 674 261,86	48,69%	6 494 222,61	37,81%
Diversas não especificadas	460 994,05	3,36%	641 888,38	3,74%
Total	13 707 444,76	100,00%	17 174 287,37	100,00%

Da análise realizada aos rendimentos por funções e à semelhança do que se verificou no ano anterior, podemos concluir que a rubrica relativa às “transferências entre administrações” é aquela que mais se evidencia, com um peso que se aproxima dos 38% dos rendimentos totais do Município, e um valor absoluto muito perto dos 6,5 milhões de euros.

Para este resultado contribuíram sobretudo as transferências relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (com cerca de 89% do total deste rendimento) e o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares.

O ordenamento do território é a rubrica que, logo de seguida, mais se destaca, com um peso aproximado de 20% dos rendimentos totais, e com um valor de quase 3 milhões e 400 mil euros.

Nesta componente de rendimento podemos evidenciar o contributo dos impostos relativos, sobretudo, ao IMI e IMT com um peso de 94% face às suas receitas totais.

O ensino não superior é a função que seguidamente analisamos com um valor superior a 1,8 milhões de euros de rendimento, correspondente a um peso de quase 11% dos rendimentos totais do Município no ano de 2022.

Tal como referido na análise ao custo desta função, este aumento de rendimento deve-se sobretudo à concretização da transferência de competências para o Município no domínio da educação, em abril do ano em análise.

Neste âmbito podemos referir que o rendimento relativo ao 2º e 3º ciclo e ensino secundário contribuiu com um peso de cerca de 53% do total de rendimento apresentado no ensino não superior. Já a educação pré-escolar e 1º ciclo, contribuíram para este resultado com 46% de rendimento.

É ainda de mencionar o rendimento relativo ao abastecimento de água com cerca de 5% dos rendimentos totais, com um valor superior a 800 mil euros.

RENDIMENTOS POR TIPO DE FUNÇÃO

Un.: Euros (€)

FUNÇÃO	2021		2022	
	RENDIMENTO	%	RENDIMENTO	%
Funções Gerais	23 081,70	0,17%	221 242,19	1,29%
Funções Sociais	4 601 503,68	33,57%	7 787 547,52	45,34%
Funções Económicas	1 947 603,47	14,21%	2 029 386,67	11,82%
Outras Funções	7 135 255,91	52,05%	7 136 110,99	41,55%
Total	13 707 444,76	100,00%	17 174 287,37	100,00%

Da análise ao quadro anterior, que sintetiza os rendimentos por funções, podemos concluir que, para o ano de 2022, são as funções sociais que mais se realçam com o contributo de 45% do total de rendimentos do Município, com um valor superior a 7,7 milhões de euros.

Para o resultado destas funções podemos destacar os rendimentos vindos do IMI e do IMT (com 41% do total dos rendimentos desta função), o rendimento relativo à transferência de competências da educação, sobretudo no que se refere aos 2º e 3º ciclos de ensino e ensino secundário (com 13% do total dos rendimentos da mesma função) e o abastecimento de água (com 11% do total dos rendimentos da função social).

Seguidamente, salientamos as “outras funções” como sendo as que contribuem com 41% do total de rendimentos do Município, com um valor superior a 7 milhões de euros. O grande input para este resultado vem das transferências entre administrações, no que se refere sobretudo ao contributo vindo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, conforme apontado na análise realizada anteriormente.

Na análise efetuada às funções económicas é possível concluir que estas apresentam um valor que ultrapassa os 2 milhões de euros, com um peso aproximado de 12% do total de rendimentos do ano em questão.

A receita da energia é o rendimento que mais se destaca com um contributo de 34% dos rendimentos totais desta função, devido em grande parte à renda de concessão mantida com a *E-Redes*.

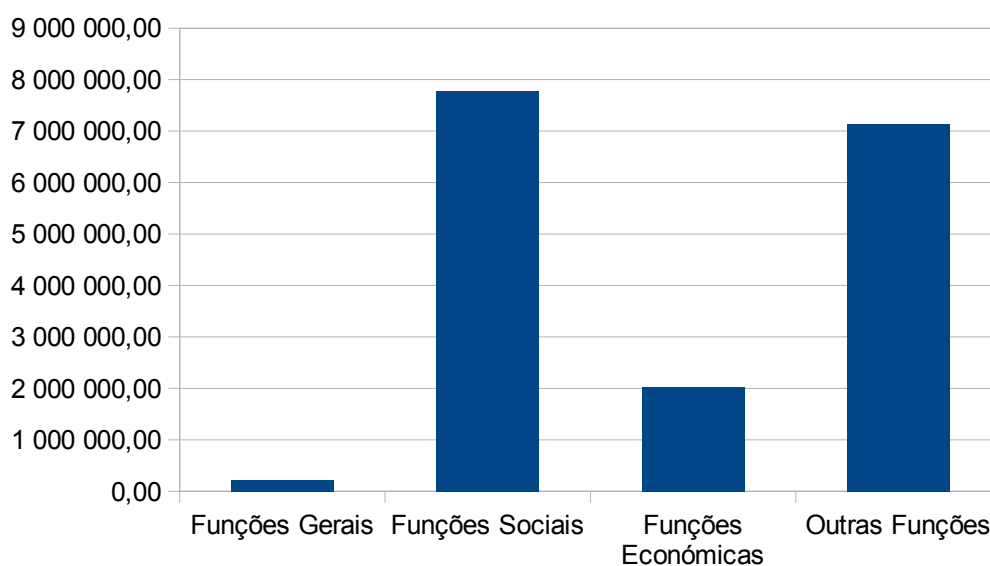
Segue-se o Imposto Único de Circulação com um peso de cerca de 33% dos rendimentos totais desta função. Já a Derrama e o IVA contribuíram com um peso de 23% e 4%, respetivamente, face aos rendimentos totais da função económica.

No que diz respeito às funções gerais, concluímos referindo que estas apresentam um valor superior a 200 mil euros, o que corresponde a um peso de 1,29% do total de rendimentos.

A receita relativa ao apoio para o funcionamento do Gabinete Técnico Florestal, nomeadamente no que se refere ao financiamento das equipas de sapadores florestais, contribuiu com 53% dos rendimentos desta função, ultrapassando 100 mil euros.

Relativamente à rubrica da administração geral, onde se incluem, entre outros, os rendimentos vindos da venda de lotes de terreno e diferimentos e acréscimos de proveitos, a mesma contribuiu com cerca de 47% do total desta função.

RENDIMENTOS POR TIPO DE FUNÇÃO



Outros

Endividamento Municipal

Cada vez mais se assiste a uma preocupação com o controlo do défice orçamental e, bem assim, com o controlo dos níveis de endividamento público. Nesse sentido, a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna conduz-nos a uma análise aos elementos respeitantes aos empréstimos de médio e longo prazo através da utilização do modelo n.º 18 da prestação de contas de 2022, sendo que podem também ser analisados os dados presentes no ponto “Serviço da Dívida” do presente relatório. Tal visa possibilitar a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

É assumido que o impacto ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos tem confirmado todo o processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão municipal. Tal tem sido concretizado por via das constantes alterações que se têm verificado no enquadramento legal que delimita os perímetros organizacional, financeira e contabilística da administração local no geral e muito especificamente dos Municípios.

É essencialmente na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que se encontram obrigações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

No que diz respeito ao endividamento, é sempre de referir que o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do Município foi alargado a todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

É então por força da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente do seu artigo 52.º, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três

exercícios anteriores. A aplicabilidade desse normativo à prática do Município de Vale de Cambra em 2022 é sintetizado no quadro seguinte, onde se apura uma margem positiva no valor de **13 267 229,90€**.

LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 31/12/2022		
Receitas Correntes Líquidas		Montante
Ano	2019	14 087 420,88
	2020	14 051 223,58
	2021	14 295 804,98
Artigo 52º nº1 da LFL 03/09/2013 a dívida de operações orçamentais não pode ultrapassar a 31/12, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores	Total	42 434 449,44
	Valor de referência	14 144 816,48
	Limite máximo 150% a 31/12/2022	21 217 224,72

Balço 31/12/2022		
Dividas a Terceiros - de Médio e Longo Prazo		
	Financiamentos obtidos	6 906 044,02 €
	SubTotal	6 906 044,02 €
Dividas a terceiros Curto Prazo		
	Fornecedores	248 678,11 €
	Estado e outros entes públicos	76 363,31 €
	Fornecedores de investimentos	11 911,98 €
	Cauções	646 825,70 €
	Sindicatos	1 678,04 €
	Outros Credores	374 830,16 €
	SubTotal	1 360 287,30 €
	TOTAL Balço	8 266 331,32 €
	Operações de Tesouraria	692 476,68 €
	FAM	- €
	Fornecedores COVID	- €
	Total dívida de operações orçamentais Município	7 573 854,64 €
	% da dívida para o limite máximo	35,70%
	% da dívida como referência a média das receitas	53,55%
	Total dividas das entidades	376 139,88 €
	Total dívida do Município + Participadas	7 949 994,52 €
	% da dívida Total para o limite máximo	37,47%
	% da dívida como referência a média das receitas	56,20%
	Margem Positiva	13 267 230,20 €
	Artigo 52º Lei 73/2013 (20% Margem)	2 653 446,04 €

Numa análise por outro prisma, é de referir que com as sucessivas alterações legislativas impostas pelas várias Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da

dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do Município continuam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Tendo presente o resumo da conjuntura legal apresentado, é importante referir que o Município de Vale de Cambra cumpriu todos aqueles pressupostos legais.

Tendo presente a alteração à Lei n.º43/2012, de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, a aplicação do Plano é suspensa a partir da data da verificação do cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, voltando o Plano a vigorar em caso de incumprimento do referido limite.

Conforme pode ser aferido pelos dados vertidos no presente Relatório e Contas, reitera-se que o Município de Vale de Cambra cumpriu, em 2022, o limite da dívida total, pelo que as medidas impostas pelo PAEL se encontram suspensas, nos termos da Lei.

Redução dos Pagamentos em Atraso

Na sequência do apuramento dos pagamentos em atraso relativos ao ano de 2022, nos termos do definido no artigo 86.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Orçamento de Estado para 2022 – OE/2022), verificou-se o cumprimento do legalmente exigido, não existindo pagamentos em atraso.

De acordo com os cálculos efetuados ainda sujeitos a verificação pela DGAL, o PMP de 2022 foi de 9 dias.

Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Propõe-se que o resultado líquido do exercício positivo, no montante de 247.744,96€ tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 12.387,25€ correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor, 235.357,71€, seja transferido para a conta 56 Resultados Transitados.



2

Município de Vale de Cambra

0

2

2

Demonstrações Financeiras

Balanço

Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		79 665 261,60 €	79 609 043,95 €
Ativos fixos tangíveis	5	76 985 601,66 €	76 980 518,58 €
Propriedades de investimento	8	431 916,96 €	442 982,04 €
Ativos intangíveis	3	273 818,06 €	265 810,86 €
Participações financeiras	18.1	1 967 267,64 €	1 911 163,53 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	6 657,28 €	8 568,94 €
Ativo corrente		14 228 850,20 €	14 170 359,06 €
Inventários	10	247 525,63 €	264 317,72 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	14	455 956,89 €	462 396,04 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.2	160 850,18 €	150 207,55 €
Estado e outros entes públicos		47 457,46 €	38 404,98 €
Outras contas a receber	23	3 711 605,67 €	3 736 019,64 €
Diferimentos		10 672,80 €	9 517,21 €
Caixa e depósitos	1.2 b)	9 594 781,57 €	9 509 495,92 €
Total Ativo		93 894 111,80 €	93 779 403,01 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		80 655 580,50 €	80 512 033,48 €
Património/Capital		20 811 649,64 €	20 811 649,64 €
Reservas		2 176 702,44 €	2 170 011,58 €
Resultados transitados		35 721 697,21 €	35 594 667,92 €
Ajustamentos em ativos financeiros		785 099,41 €	715 035,50 €
Outras variações no património líquido		20 912 686,84 €	21 086 851,65 €
Resultado líquido do período		247 744,96 €	133 817,19 €
Total Património Líquido	23	80 655 580,50 €	80 512 033,48 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		7 990 434,69 €	8 955 863,06 €
Provisões	15	507 606,77 €	726 352,35 €
Financiamentos obtidos	7	7 359 824,67 €	8 057 493,21 €
Outras contas a pagar	23	123 003,25 €	172 017,50 €
Passivo corrente		5 248 096,61 €	4 311 506,47 €
Fornecedores		248 678,11 €	181 822,95 €
Estado e outros entes públicos		76 363,31 €	61 055,82 €
Financiamentos obtidos	7	771 074,15 €	837 468,53 €
Fornecedores de investimentos		11 911,98 €	2 643,46 €
Outras contas a pagar	23	1 939 835,64 €	1 765 023,30 €
Diferimentos	23	2 200 233,42 €	1 463 492,41 €
Total Passivo		13 238 531,30 €	13 267 369,53 €
Total Património Líquido e Passivo		93 894 111,80 €	93 779 403,01 €

Demonstração de Resultados por Natureza

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/2022	31/12/2021
Impostos, contribuições e taxas	14	4 912 226,58 €	4 391 098,71 €
Vendas	13	865 562,33 €	789 047,32 €
Prestações de serviços e concessões	13	867 793,16 €	552 495,95 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	9 260 726,26 €	7 446 015,12 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	18.1	-13 959,80 €	-52 257,22 €
Trabalhos para a própria entidade	5	190 058,30 €	304 833,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-467 611,75 €	-430 431,17 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-5 492 427,37 €	-4 424 614,87 €
Gastos com pessoal	19	-6 266 280,89 €	-4 607 941,86 €
Transferências e subsídios concedidos	23	-1 830 775,38 €	-1 536 593,35 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	18	0,00 €	-74 483,53 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	5 881,28 €	-15 285,24 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	218 745,58 €	-189 124,59 €
Outros rendimentos	13/14	2 296 684,89 €	2 257 781,69 €
Outros gastos		-285 050,35 €	-347 304,62 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 261 572,84 €	4 063 235,34 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5 e 8	-3 870 127,01 €	-3 799 570,18 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		391 445,83 €	263 665,16 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	13 400,72 €	4 284,89 €
Juros e gastos similares suportados	7	-157 101,59 €	-134 132,86 €
Resultado antes de impostos		247 744,96 €	133 817,19 €
Resultado líquido do período		247 744,96 €	133 817,19 €

Demonstração das Alterações no Património Líquido 2021

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO														
(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)														
Período	(Periodicidade Mensal / Período Dezembro)												Ano	
01-01-2021													2021	
31-12-2021	Visualizar Contas s/ Mov.	Acumulados											Sim	
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		20 811 649,64 €				2 113 718,47 €	34 525 098,84 €	869 160,33 €		17 164 760,49 €	1 125 862,19 €	76 610 249,96 €		76 610 249,96 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	23					53 293,11 €	1 069 569,08 €	-154 124,83 €		3 442 920,19 €	-1 125 862,19 €	3 767 966,33 €		3 767 966,33 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						53 293,11 €	1 069 569,08 €	-154 124,83 €		3 442 920,19 €	-1 125 862,19 €	3 767 966,33 €	2 317 058,00 €	3 797 966,33 €
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)											133 817,19 €	133 817,19 €		133 817,19 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)											-992 045,00 €	3 901 783,52 €		3 901 783,52 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)														
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	23	20 811 649,64 €				2 170 011,58 €	35 594 667,92 €	715 035,50 €		21 086 851,65 €	133 817,19 €	80 512 033,48 €		80 512 033,48 €

Demonstração das Alterações no Património Líquido 2022

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO														
(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)														
Período	(Periodicidade Mensal / Período Dezembro)												Ano	
01-01-2022													2022	
31-12-2022	Visualizar Contas s/ Mov.	Sim	Acumulados	Sim										
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		20 811 649,64 €				2 170 011,58 €	35 594 667,92 €	715 035,50 €			21 086 851,65 €	133 817,19 €	80 512 033,48 €	80 512 033,48 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)	23					6 690,86 €	127 029,29 €				-174 164,81 €	-133 817,19 €	-174 261,85 €	-174 261,85 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital							-97,04 €				472 311,44 €		472 214,40 €	472 214,40 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						6 690,86 €	127 126,33 €				-646 476,25 €	-133 817,19 €	-646 476,25 €	-646 476,25 €
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												247 744,96 €	247 744,96 €	247 744,96 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												113 927,77 €	73 483,11 €	73 483,11 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)									70 063,91 €				70 063,91 €	70 063,91 €
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações									70 063,91 €				70 063,91 €	70 063,91 €
Subscrições de prémios de emissão												133 817,19 €		
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	23	20 811 649,64 €				2 176 702,44 €	35 721 697,21 €	785 099,41 €			247 743,96 €	247 744,96 €	80 655 580,50 €	80 655 580,50 €

Demonstração de Fluxos de Caixa

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO	ANO
2022/01/01 a 2022/12/31	2022

C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS

C/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 703 489,88 €	1 375 803,75 €
Recebimentos de contribuintes		4 610 613,84 €	4 242 948,54 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		9 313 598,98 €	7 447 201,95 €
Recebimentos de utentes		391 652,98 €	312 541,72 €
Pagamentos a fornecedores		-6 037 516,62 €	-4 938 265,55 €
Pagamentos ao pessoal		-5 974 644,50 €	-4 575 958,30 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 780 290,99 €	-1 453 325,83 €
Caixa gerada pelas operações		2 226 903,57 €	2 410 946,28 €
Outros recebimentos/pagamentos		-30 424,35 €	-654 132,77 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		2 196 479,22 €	1 756 813,51 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-3 984 233,79 €	-4 302 775,68 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-88 234,10 €	-88 338,60 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		368 390,00 €	33 864,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		902 478,27 €	709 882,76 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 559 493,04 €	3 292 519,30 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 242 106,58 €	-354 848,22 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		11 656,97 €	
Recebimentos - Doações			
Pagamentos respeitantes a:		-871 132,90 €	
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-151 967,75 €	-959 859,86 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-1 011 443,68 €	-134 213,09 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)			-1 094 072,95 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			307 892,34 €
Efeito das diferenças de câmbio		9 509 495,92 €	
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 594 781,57 €	9 201 603,58 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período			9 509 495,92 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 509 495,92 €	9 201 603,58 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		9 509 495,92 €	9 201 603,58 €
SGA De execução orçamental		8 850 781,04 €	8 312 459,02 €
SGA De operações de tesouraria		658 714,88 €	889 144,56 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		9 594 781,57 €	9 509 495,92 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		9 594 781,57 €	9 509 495,92 €
SGS De execução orçamental		8 902 304,89 €	8 850 781,04 €
SGS De operações de tesouraria		692 476,68 €	658 714,88 €



Município de Vale de Cambra

2

0

2

2

Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

Neste ponto são apresentadas as notas que suportam as divulgações que se encontram previstas no SNC-AP, constantes da NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Consequentemente, as notas que se seguem têm como referência a numeração definida na referida norma, mais concretamente no ponto “Modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras” e têm em vista facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade municipal no exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas mesmas ou de outras situações conhecidas na data que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

1. Identificação da Entidade, Período de Relato e Referencial Contabilístico

1.1 — Identificação da Entidade e Período de Relato

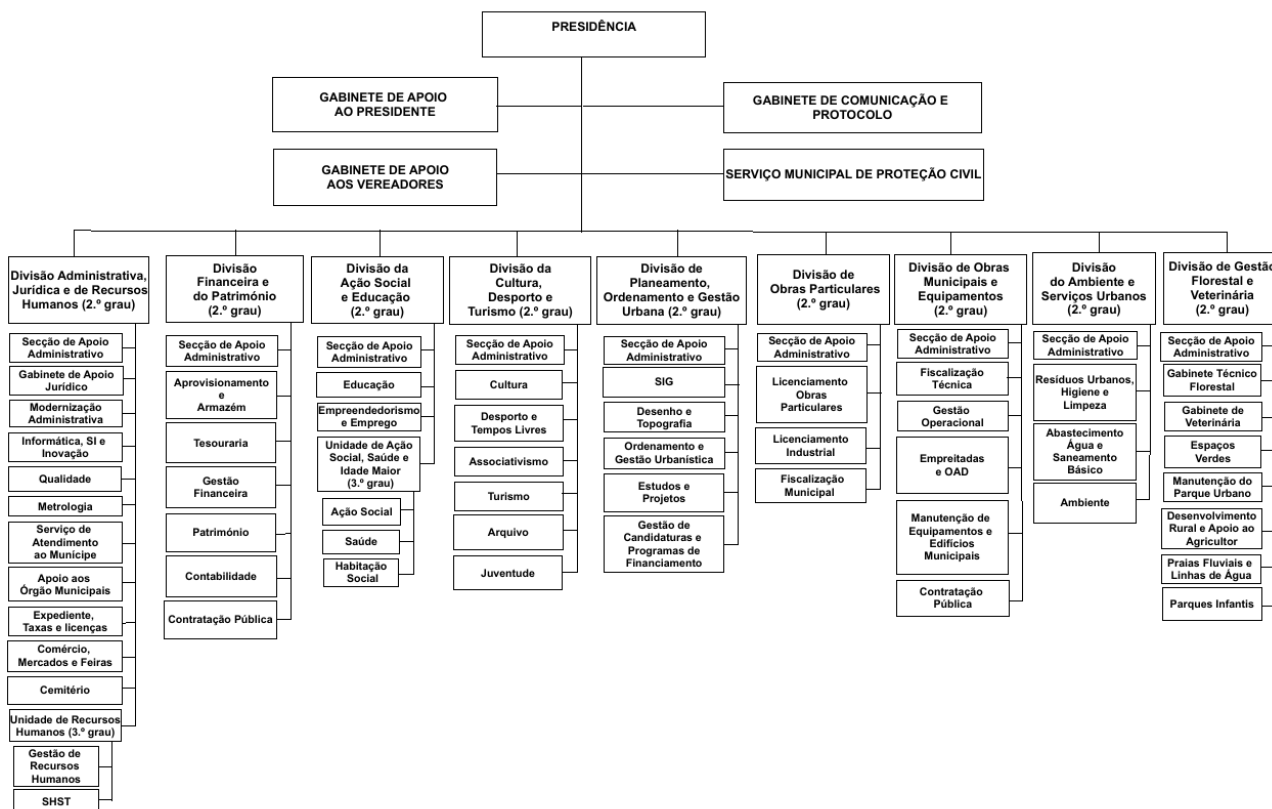
As divulgações apresentadas seguem a sequência numérica indicada pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Os montantes são apresentados em Euro (€).

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou o conteúdo da sua apresentação não é considerada como informação relevante para a análise das demonstrações financeiras.

O Município de Vale de Cambra ocupa uma área de 148,5 km², onde residem 21.269 habitantes (censos definitivos de 2021). Este é constituído por 7 freguesias: Arões, Cepelos, Junqueira, Macieira de Cambra, Rôge, São Pedro Castelões e União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova Perrinho, com um total de 20.218 eleitores inscritos, conforme resulta dos cadernos eleitorais das últimas eleições de 2021.

A composição do Órgão Executivo e a delegação de competências é apresentada no modelo 8.2 – Caracterização da Entidade.

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Município de Vale de Cambra		
NIPC	506735524		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal	Avenida Camilo Tavares de Matos, N.º19, 3730-240 Vale de Cambra		
Telefone / Fax	256420510 / 256420518		
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-valedecambra.pt		
Sítio na internet	www.cm-valedecambra.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	Não X	
Organograma	Em anexo		
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE			
Sim			Não
Serviços Municipalizados (Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade) Serviços Intermunicipalizados Entidades Intermunicipais Entidades Associativas Municipais Associação de Municípios Terras de Santa Maria Empresas Locais Empresas Participadas ERSUC – Empresa de Resíduos Sólidos do Centro, S.A. Municipia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A. Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A. Cooperativas Fundações Entidades de outra natureza	Influência dominante		X
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
O Município de Vale de Cambra tem como missão implementar políticas eficazes e eficientes, orientadas para as pessoas e que respondam às necessidades da população, fomentando uma gestão pública de qualidade, inovadora e pró-ativa que contribua para o desenvolvimento sustentável do território. No âmbito das suas competências, os serviços municipais devem prosseguir os seguintes objetivos: 1 – Melhorar os serviços prestados aos municípios que promova a qualidade de vida dos municípios e o desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho, aproveitando de uma forma racional e eficaz os meios disponíveis; 2 – Prosseguir o interesse público observando os princípios da eficácia, da igualdade, da transparência, da desburocratização bem como da participação dos cidadãos; 3 – Coordenar e racionalizar os serviços tendo em vista a célere e integral execução das deliberações e decisões dos órgãos municipais.			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO			
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva			
António Alberto Almeida de Matos Gomes			
Mónica Pinto Seixas			
José Alexandre Coulinho Bastos de Pinho			
André Agostinho Martins da Silva			
Tiago Correia Fernandes			
Frederico Costa Martins			
5.2 NÚMERO DE VEREADORES DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO			
Em regime de permanência: 4			
A meio tempo:..... 0			
Restantes vereadores:..... 2			
5.3 NÚMERO DE ELEITORES			
Até 10.000			
Mais de 10.000 e menos de 40.000 X			
Igual ou superior a 40.000			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA			
As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei Nº192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.			
O sistema informático utilizado foi a aplicação da Medidata – SNC-AP.			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	Autoridade Tributária e Aduaneira – Serviços de Inspeção Tributária		
Data da ação	06-11-2019 a 17-12-2019		
Período abrangido	Janeiro a agosto de 2019		
Identificação da ação	IVA – aplicação do imposto nas aquisições de bens e serviços mistos		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS			
	Data de Aprovação		
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações	22-03-2016	28-04-2016	
Regulamentos	Todos publicados no sítio do Município da internet		
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	-----		
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão	-----		
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR			
	Data de Aprovação		
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Alteração Modificativa	07-02-2023	23-02-2023	
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	Sim		Não X
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público			
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			
(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)			
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais			X
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais			X
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS			
(Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)			
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias			X
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	X		
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL			
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa			-----
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			305
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO			
	Início do exercício		Fim do exercício
	10		9
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício			
- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS			
		Sim X	Não
Concessionário: EDP Distribuição - Energia, S.A.			
Objeto da concessão: Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Vale de Cambra			
Data da concessão: 09 de agosto de 2001			
Período da concessão: 20 anos			
Natureza da concessão: Contrato administrativo			
7.11 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES			
		Sim	Não X



Apresenta-se de seguida a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS (MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)	
PERÍODO	2022/01/01 - 2022/12/31
DO ANO CONTABILÍSTICO	2022
Conta	Euros
Caixa	10 469,24 €
Depósitos à ordem	9 584 312,33 €
Depósitos no Tesouro	
Depósitos bancários	9 584 312,33 €
Depósitos a prazo	
Depósitos consignados	
Depósitos de garantias e cauções	
Total de caixa e depósitos	9 594 781,57 €

O saldo da gerência inclui 8.902.304,89€ de Operações Orçamentais e 692.476,68€ de Operações não Orçamentais.

1.2 — Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

Tal como já referido, as demonstrações financeiras foram estruturadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, bem como a aplicação das Normas de Contabilidade Pública relevantes para a entidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foi então com este enquadramento que o Município efetuou os seguintes procedimentos, em conformidade com o que se encontra previsto na Norma Internacional de Contabilidade Pública n.º 33 (IPSAS 33), de aplicação supletiva ao SNC-AP, em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual:

- * Reconhecimento de todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- * Reconhecimento de itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas normas de contabilidade pública;
- * Reclassificação de itens que foram reconhecidos de acordo com o POCAL numa categoria, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública pertencem a outra categoria; e
- * Aplicação das normas de contabilidade pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

A IPSAS 33 prevê adicionalmente a possibilidade de haver um período de transição mais alargado, até 3 anos, para matérias mais complexas, sem que as mesmas comportem qualquer incumprimento face ao previsto no normativo, por se encontrarem devidamente justificadas face a tal complexidade e à impossibilidade de implementação efetiva no período que inicia a 1 de janeiro de 2020, data da adoção pela primeira vez do SNC-AP.

Não foi ainda possível dar integral cumprimento ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, no Relatório de Gestão, relativamente à afetação por cada bem, serviço ou atividade final, dos custos diretos e indiretos e respetivo rendimento associado, em virtude da falta de tempo e recursos necessários, situação agravada com a

delegação de competências da administração central. Esta é uma situação que já se encontra a ser ultrapassada em 2023. No entanto é apresentado no Relatório de Gestão uma análise dos custos e rendimentos por funções.

Assim, apesar do Município possuir esta informação, o sistema de informação não está ainda parametrizado por forma a que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida na nota 21 – Relato por segmentos, de acordo com o estabelecido na NCP 25, situação que prevemos seja ultrapassada no decurso do exercício de 2023. Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 Contabilidade de Gestão referida anteriormente. No Relatório de Gestão e nas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Município.

Está ainda a ser estudada a aplicação NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: na ótica do concedente, relacionada com o contrato de concessão celebrado entre o Município de Vale de Cambra e a EDP Distribuição, S.A., atendendo à informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependerá sempre de informação do próprio concessionário, ainda não recebida, e ao próprio controlo ou regulação dos serviços e preços por parte do concedente ao concessionário – ponto 6, NCP – 4.

2. Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Mais especificamente, a atenção incidiu na NCP 2, que tem como objetivo estabelecer os critérios para a seleção e alteração de políticas contabilísticas, bem como o tratamento contabilístico e a divulgação de alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros.

Nesse sentido, quando a um acontecimento ou transação se aplicar uma NCP, a política ou políticas contabilísticas aplicadas a esse item são determinadas pela aplicação dessa NCP. No entanto, existem transações ou acontecimentos que não têm NCP específica, pelo que o Município utiliza o seu julgamento no desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística, ponderando os requisitos e orientações previstos noutras NCP que tratam de matérias semelhantes e/ou relacionadas e as definições e critérios de reconhecimento e mensuração previstos na Estrutura Conceptual do SNC-AP.

Por conseguinte, definida uma política contabilística, ela é alterada quando for exigido por uma outra NCP, ou resultar em informações mais fiáveis e mais relevantes sobre os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições sobre a execução orçamental, posição financeira, desempenho financeiro ou fluxos de caixa da entidade.

São alterações de políticas contabilísticas a alteração de uma base de contabilidade para outra, ou então, a alteração no tratamento contabilístico, reconhecimento ou mensuração de uma transação. As alterações das políticas contabilísticas são aplicadas retrospectivamente, ajustando-se o saldo de abertura de cada componente do património líquido afetado no período anterior apresentado.

2.1 - Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos do Município.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Com base na informação disponível e expectativas futuras, o Município possui capacidade para a manutenção da sua atividade de prestação de serviços públicos no seu âmbito de atuação.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que são detidos para uso na produção de bens e serviços, para aluguer a terceiros ou para fins administrativos e se espera que sejam usados por mais de um período de relato.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não dedutíveis ou reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos

custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Município, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

O Município procede a testes de imparidade relativamente aos seus ativos fixos tangíveis, sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contabilístico destes ativos excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida diretamente em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu “justo valor deduzido de custo de alienação” e o seu “valor de uso”, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir obter do uso continuado dos ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciables. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Classe	Anos
Infraestruturas	20
Terrenos e recursos naturais	---
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Para os bens adquiridos e/ou com início de utilização após 1 de janeiro de 2020, as vidas úteis dos bens foram estabelecidas de acordo com o Classificador Complementar 2 (CC2), capítulo 7 do Plano de Contas Multidimensional.

No caso dos bens adquiridos e com início de utilização antes de 1 de janeiro de 2020, o período de vida útil foi atualizado a 1 de janeiro de 2020 para o estabelecido no CC2 para a classe de edifícios e outras construções, mantendo-se as vidas úteis definidas no CIBE, para as restantes classes de bens.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

Ativos Intangíveis

O Município reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Entidade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

Classe	Anos
Goodwill	--
Projetos de desenvolvimento	--
Programas de computador e sistemas de informação	1 a 8
Propriedade industrial e intelectual	--
Outros	--

O Município procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

Propriedades de Investimento

Uma propriedade de investimento é reconhecida como um ativo quando, e apenas quando for provável que fluirão para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento (tem de haver uma garantia de que a entidade irá receber as vantagens e os riscos associados ao ativo) e o custo ou o justo valor da propriedade de investimento puder ser mensurado com fiabilidade.

Uma propriedade de investimento é inicialmente mensurada ao custo de aquisição.

O custo de uma propriedade de investimento não inclui os custos correntes de serviço da propriedade (mão-de-obra, consumíveis, e o custo de pequenas peças de substituição) que são reconhecidos nos resultados quando suportados.

Quando a propriedade é adquirida numa transação sem contraprestação (por cedência ou apropriação), é mensurada ao justo valor sendo este considerado o custo de aquisição na data inicial.

A análise da imparidade das propriedades de investimento segue a mesma metodologia dos ativos fixos tangíveis, já descrita acima.

Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método do justo valor, o investimento vai sendo ajustado, pelo menos em cada data de reporte, para o seu justo valor nessa data. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do período em que ocorrem.

A opção de mensuração das participações financeiras ao justo valor só está disponível para as participadas cujos instrumentos de capital próprio sejam negociados publicamente ou, não o sendo, cujo seu justo valor possa ser obtido de forma fiável. A NCP 18 determina que o justo valor é apurado com base na cotação de mercado do instrumento, quando ele existe, ou com base em técnica de avaliação.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

É aplicado o método de equivalência patrimonial quando existe um controlo conjunto, acordo vinculativo, influência significativa e ou se julgue conveniente que este será o melhor método para valorização da participação atendendo a toda a legislação e normativos aplicáveis.

Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Município reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Ativos, Passivos e Instrumentos Financeiros

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, o Município mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

* Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam ligados a instrumentos financeiros e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

* Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida quando executados, e se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;

* Ativos financeiros que o Município designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efetiva) menos qualquer perda por imparidade;

* Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

* Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;

* Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;

* Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo -se os casos típicos de risco de crédito).

Após o reconhecimento inicial, o Município mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

Considera-se que existe prova objetiva de imparidade quando ocorre os seguintes eventos de perda:

- * Significativa dificuldade financeira do emitente ou devedor;
- * Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- * O credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria;
- * Torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira;
- * O desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- * Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial, embora a diminuição não possa ser ainda identificada para um dado ativo financeiro individual do grupo, tal como sejam condições económicas nacionais, locais ou sectoriais adversas.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes são agrupados com base em similares características de risco de crédito.

Rendimento de transações sem contraprestação

O Município reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e os critérios de reconhecimento.

Um anúncio de uma intenção de transferir recursos para o Município não é em si mesmo suficiente para identificar esses recursos como controlados. O Município apenas reconhece um ativo quando pode reclamar esses recursos e excluir ou regular o acesso do cedente a esses recursos.

Em algumas situações, a obtenção de controlo do ativo pode também acarretar com ele obrigações. Nestes casos o Município reconhece também um passivo.

Caso existam restrições sobre ativos transferidos, o Município procede à sua divulgação.

Ofertas e doações, incluindo bens em espécie: quando as condições de reconhecimento estão cumpridas, é reconhecido um ativo por contrapartida de capitais próprios. O ativo é mensurado pelo seu justo valor ou, no caso de terrenos e edifícios, pelo seu valor patrimonial bruto.

Rendimento – Transações com contraprestação

Uma transação com contraprestação é uma transação na qual a entidade presta um serviço ou entrega um bem e em troca recebe um valor aproximadamente igual ao bem que entregou ou ao serviço que prestou. O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos, e é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Se a retribuição for recebida em forma de caixa ou equivalentes, o justo valor corresponde à quantia de caixa ou equivalentes de caixa a receber. Se esta retribuição for diferida no

tempo, o justo valor será menor que o valor nominal, pois terá o efeito da passagem do tempo (desconto). A diferença entre o valor nominal e este justo valor é reconhecida como rendimento de juros de forma proporcional ao tempo.

Se a retribuição for recebida em forma de ativos, a mesma deve ser valorizada ao justo valor do ativo recebido.

O rendimento de uma prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação poder ser estimado com fiabilidade, sendo o mesmo reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento – método da percentagem de acabamento.

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- * A entidade tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- * Na maioria dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do título legal ou com a passagem da posse do ativo para o comprador;
- * A entidade não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos;
- * O rendimento proveniente do uso por terceiros de ativos da entidade que geram juros, royalties, e dividendos ou distribuições similares, deve ser reconhecido quando:
- * For provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associado à transação fluirão para a entidade;
- * A quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido e subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables,

são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos. No caso de estes subsídios adquirirem a condição de não reembolsáveis, o tratamento passa a ser o referido no parágrafo anterior.

Um subsídio de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à entidade sem qualquer gasto futuro relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar défices de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se destinarem a financiar défices de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos.

Provisões

São reconhecidas provisões quando o Município tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, quando é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e quando é possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e Passivos Contingentes

O Município não reconhece ativos nem passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Especialização de exercícios

Relativamente ao reconhecimento de gastos e rendimentos, os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Partes Relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- * Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, tendo sempre em consideração os classificadores adotados;
- * Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros;
- * Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dividas a receber de clientes;
- * Estimativa de férias e subsídio de férias associados aos empregados e outros acréscimos de gastos.
- * Aplicação do método da equivalência patrimonial;

* Determinação de provisões;

* Reconhecimento do rendimento associado às taxas, impostos e outras transferências.

Para além destes principais juízos de valor e estimativas e do referido na nota 2.5, não foram identificados outros julgamentos com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

2.4 — Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se identificaram situações que coloquem em causa a continuidade do Município.

2.5 — Principais fontes de incerteza das estimativas

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgados na nota 2.3 com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Entidade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Município é apresentada na nota 2.2.

Considerando que em algumas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Município, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Órgão Executivo considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Município e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3. Ativos Intangíveis

Um Ativo Intangível é um ativo não monetário identificável e sem substância física.

As depreciações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados por naturezas.

O Município possui ativos intangíveis totalmente amortizados no valor de 763.424,60€.

No mapa que será apresentado abaixo com a quantia escriturada de Ativos Intangíveis e com os movimentos do período, referir que o valor da coluna Transferências Internas está com um valor total de zero que resultou da transferência de um valor de imobilizado em curso para “Outros”.

O quadro referente aos Ativos Intangíveis é apresentado abaixo:

AI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE

(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)

Período
01-01-2022
31-12-2022

(Periodicidade Trimestral / Período 4º Trimestre)

Ano
2022

Visualizar Contas s/ Mov.	Sim
---------------------------	-----

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final		
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições	
	Ativos Intangíveis	265 810,86 €	96 884,71 €						-84 386,53 €		-4 490,98 €	273 818,06 €
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
AI2	Goodwill											
AI3	Projetos de desenvolvimento											
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	5 334,96 €	7 210,28 €						-2 615,83 €			9 929,41 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual											
AI6	Outros	235 826,70 €							-81 770,70 €			154 056,00 €
AI7	Ativos intangíveis em curso	24 649,20 €	89 674,43 €								-4 490,98 €	109 832,65 €
	TOTAL	265 810,86 €	96 884,71 €						-84 386,53 €		-4 490,98 €	273 818,06 €

5. Ativos Fixos Tangíveis

Um Ativo Fixo Tangível é um bem com substância física e são bens de domínio privado ou de domínio público.

Relativamente a esta rubrica ainda está a decorrer um trabalho de análise a bens que estão totalmente amortizados e que se encontram obsoletos, de forma a desreconhecer o ativo bruto e depreciações acumuladas, sem que exista impacto ao nível do valor líquido dos ativos fixos tangíveis, uma vez que se trata de bens já totalmente depreciados.

Relativamente aos bens móveis inseridos no Património Municipal, em 2022, importa evidenciar:

* Aquisição de Retroescavadora JCB 3CX 4E, para as obras municipais, valor de 48.585,00€;

* Aquisição de 4 Veículos Elétricos, através de contrato de Locação Financeira (Leasing) com a Caixa Geral de Depósitos, Concurso Público nº35/2021 (duração 48 meses a terminar em 10/10/2026:

- 3 Automóveis Ligeiros de Mercadorias (Renault Kangoo)
- 1 Automóvel Ligeiro de Passadeiros (Renault ZOE)

O Valor do Contrato foi de 90.864,70€ acrescido de IVA e o Valor Residual de 19.756,50€;

* Celebração de Contrato de Comodato entre o Município de Vale de Cambra e a Guarda Nacional Republicana, no âmbito de cedência a título gratuito de 1 veículo ligeiro, Toyota Yaris 1.0 4K (matrícula AT-23-TC), para reforço da segurança da população do Município de Vale de Cambra, deliberação da Câmara Municipal de 18/10/2022.

Nos Municípios têm particular preponderâncias as infraestruturas.

De referir que em termos contabilísticos a passagem de imobilizado para firme ocorre apenas quando é elaborada a conta final da empreitada pela divisão de obras municipais.

Em 2022 foram dadas como terminadas as seguintes obras (as mais relevantes):

DESCRIÇÃO	VALOR
Reabilitação dos Pavimentos em várias Vias do Município	408 850,00 €
Pavimentações em várias Vias Municipais – 2021	380 401,00 €
Pavimentação da Via de Ligação do Lugar de Carvalheda ao Lugar de Merujal – Rôge	273 367,00 €
Implementação de ZMC para Controlo de Perdas no Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Vale de Cambra	225 917,00 €
Alargamento e Beneficiação da Rua do Talhadouro – São Pedro de Castelões	162 287,00 €
Reabilitação e Impermeabilização dos Reservatórios de Água R3, R4, R5 e R11	144 393,00 €
Espaço “Cidadão” nas freguesias	68 830,00 €
Eficiência Energética na Iluminação Pública - 2ª Fase	78 699,00 €
Fornecimento, Montagem e Comissionamento de Equipamentos na Eta de Rôge	58 199,00 €
Pavilhão Municipal – Reparação dos Campos Hóquei em Patins e Futsal	67 318,00 €
Construção de Muros de Suporte nas Ruas das Lages, Lordelo, Vila Chã, Padrastos e Amarelas em Macieira de Cambra	74 839,00 €
Reparações de Caminhos Florestais e Caminho da Quinta da Vide	10 934,00 €

A 31/12/2022 estavam em curso as seguintes obras (as mais relevantes):

DESCRIÇÃO	VALOR
Centro de Artes e Espetáculos (Reabilitação do Antigo Cinema)	2 681 347,00 €
Arranjo Urbanístico da Praça/ Jardim de Junqueira	335 769,00 €
Arranjos Exteriores do Mercado Municipal	332 323,00 €
Centro de Meios Aéreos de Lordelo	300 626,00 €
Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais – Fase I	196 298,00 €
Ampliação da Rede de Abastecimento de Água – Fase I	85 826,00 €
Reabilitação do Centro Escolar de Vila Chã	141 828,00 €
Interpretação/Observação do Vale Mágico – Cascata do Poço do Linho	130 208,00 €
Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Município	82 121,00 €
Elaboração dos Projetos de Especialidades para Reabilitação de Edifícios	54 417,00 €
Ligação entre a Rua do Século XXI e a Rua do Vale	49 504,00 €
Rua de Acesso ao Parque Industrial de Algeriz	36 652,00 €
Demolição de várias Construções no Município	24 414,00 €
Redes de Defesa da Floresta contra Incêndios	17 521,00 €

Alienação de Bens Imóveis (Lotes de Zonas Industriais):

- * Zona Industrial da Calvela - Venda dos Lotes 5 e 6, valor contratual 30.000,00€;
- * Zona Industrial do Rossio, Venda dos Lotes 1 e 2 (3ª Fase) e Venda dos Lotes 2 e 3 (5ª Fase), valor contratual 336.270,00€.

Contratos de compra e venda de imóveis realizados em 2022:

- * Oficial Público n.º 09/2022 do Município de Vale de Cambra – Alteração ao Loteamento da Zona Industrial Lordelo/Codal – Lotes 5, 6 ,7, 35 (34 e 36 CM), valor 13.800,00€;
- * Casa Pronta n.º 2727/2022 da Conservatória de Vale de Cambra – Venda dos Lotes nº1 e 2 da 3ª Fase da Zona Industrial do Rossio e Lotes nº2 e 3 da 5ª Fase da Zona Industrial do Rossio, valor 336.270,00€;
- * Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 68-A – Aquisição da Parcela 25 da Obra “Ligação de Circuito Pedestre e Ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo do Rio Vígues e Caima”, valor 7.507,50€;
- * Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 68-A – Aquisição da Parcela 27 da Obra “Parque Urbano/Valorização Ambiental da Envolvente do Rio Vígues – 1ª Fase”, valor 10.180,00€;
- * Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 69-A – Aquisição da Parcela 37 da Obra “Ligação entre a Rua do Vale à Rua do Século XXI”, valor 47.790,00€;
- * Casa Pronta n.º 5944/2022 da Conservatória de Vale de Cambra – Venda de Lotes – Zona Industrial da Calvela – Lote 5 e Lote 6, valor 30.000,00€;
- * Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 71-A – Aquisição da Parcela 71 da obra “Ligação entre a Rua do Vale à Rua do Século XXI”, valor 23.580,00€;

* Casa Pronta n.º 8623/2022 da Conservatória de Vale de Cambra – Aquisição da Parcela 6 da Obra “Ligação de Circuito Pedestre e Ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Vigues e Caima”, valor 5.577,00€;

* Casa Pronta n.º 9579/2022 da Conservatória de Vale de Cambra – Aquisição de Parcela para “Avenida do Complexo Desportivo Dairas” – Freguesia de São Pedro de Castelões, valor 10.200,00€;

* Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 72-A – Aquisição da Parcela 114 da Obra “Ligação entre a Rua do Vale à Rua do Século XXI”, valor 31.500,00€;

* Oficial Público n.º 50/2022 do Município de Vale de Cambra – Aquisição da Parcela 12 da Obra “Ligação de Circuito Pedestre e Ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Vigues e Caima”, valor 489,50€;

* Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 73 – Aquisição da Parcela 109.1 da Obra “Ligação entre a Rua do Vale à Rua do Século XXI”, valor 31.500,00€;

* Cartório Notarial de Vale de Cambra – Ana Paula – Livro 74-A – Aquisição da Parcela 35 da Obra “Ligação de Circuito Pedestre e Ciclovia entre o Parque Urbano e Praia Fluvial de Burgães ao longo dos rios Vigues e Caima”, valor 2.420,00€;

* Oficial Público n.º 62/2022 do Município de Vale de Cambra – Alteração ao Loteamento da Zona Industrial Lordelo/Codal – Lote 1A (34 Câmara Municipal), valor 28.650,00€.

Com a implementação do SNC-AP, o cálculo das amortizações/depreciações de Edifícios e construções foi reajustado com efeito retrospectivo, pelo que a vida útil dos Edifícios e outras construções foi corrigida de acordo com o novo normativo (taxas do novo classificador CC2). Relativamente às depreciações do equipamento básico, incluindo as infraestruturas e para todas as outras classes de bens, não foram registados ajustamentos retroativos, mantendo-se as taxas provenientes do anterior classificador (CIBE). Para todos os bens adquiridos em 2020, 2021 e 2022, foram aplicadas as taxas conforme previsto no CC2.

Para os bens adquiridos após 2015 (inclusive) são aplicadas as taxas de amortizações pelo regime duodecimal. Antes disso era aplicado o regime anual.

Está incluído nos Ativos Fixos Tangíveis o Parque de Estacionamento Subterrâneo, incluído no património municipal em 29-12-2017, com o valor de 4.900.387€, atualmente com o valor líquido de 3.475.161,35€.

Para o apuramento do valor registado em Trabalhos para a Própria Entidade, foram retirados valores da contabilidade patrimonial e considerados os projetos mais relevantes. O cálculo dos Trabalhos para a Própria Entidade foi efetuado com o recurso a listagens das aquisições de matérias-primas (conta 31.6.1) para as obras efetuadas por administração direta.

O Município tem vindo a efetuar análise dos bens registados contabilisticamente e o seu registo, ou falta dele, na conservatória, e conseqüentemente é efetuada também a análise inversa. Não se esperam desta situação correções significativas aos Ativos Fixos Tangíveis ou Propriedades de Investimento.

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados por Naturezas.

O Município tem ainda em uso, apesar de se encontrarem totalmente amortizados, ativos fixos tangíveis no valor de 22.276.521,62€, passíveis de serem desagregados por classes, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Classe	Valor
Infraestruturas	12 335 477,76 €
Edifícios e outras construções	3 167 979,03 €
Equipamento básico	3 648 052,03 €
Equipamento de transporte	1 021 868,68 €
Equipamento administrativo	973 930,06 €
Outros ativos fixos tangíveis	1 129 214,06 €
TOTAL	22 276 521,62 €

O quadro referente aos Ativos Tangíveis é apresentado de seguida:

AFT - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE										
(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)										
Período	(Periodicidade Trimestral / Período 4º Trimestre)									Ano
01-01-2022										2022
31-12-2022	Visualizar Contas s/ Mov.		Sim							
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	39 993 007,34 €	471 364,68 €	1 684 843,00 €				-2 482 850,38 €			39 666 364,64 €
Terrenos e recursos naturais	8 760 115,30 €	170 744,00 €								8 930 859,30 €
Edifícios e outras construções	807 546,24 €						-44 273,52 €			763 272,72 €
Infraestruturas	29 931 889,22 €	300 620,68 €	1 684 843,00 €				-2 417 263,42 €			29 500 089,48 €
Património histórico, artístico e cultural	460 590,91 €						-20 286,36 €			440 304,55 €
Outros	32 865,67 €						-1 027,08 €			31 838,59 €
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	36 987 511,24 €	3 689 229,31 €	-1 684 843,00 €				-1 291 825,02 €		-380 835,51 €	37 319 237,02 €
Terrenos e recursos naturais	7 476 098,18 €								-366 270,00 €	7 109 828,18 €
Edifícios e outras construções	24 586 427,91 €	14 713,51 €	136 147,87 €				-821 401,79 €			23 915 887,50 €
Equipamento básico	706 035,98 €	258 182,39 €	58 198,94 €				-179 036,95 €		-3 398,68 €	839 981,68 €
Equipamento de transporte	347 514,93 €	223 257,35 €					-98 582,31 €			472 189,97 €
Equipamento administrativo	471 871,76 €	30 128,61 €					-147 592,13 €			354 408,24 €
Equipamentos biológicos										
Outros	119 670,90 €	14 642,16 €					-45 211,84 €			89 101,22 €
Ativos fixos tangíveis em curso	3 279 891,58 €	3 148 305,29 €	-1 879 189,81 €						-11 166,83 €	4 537 840,23 €
TOTAL	76 980 518,58 €	4 160 593,99 €	0,00 €				-3 774 675,40 €		-380 835,51 €	76 985 601,66 €

6. Locações

No ano de 2022 foi assinado contrato de locação financeira com a Caixa Geral de Depósitos e que versou sobre 4 veículos elétricos, no valor total de 111.763,58€. O detalhe poderá ser analisado com recurso ao mapa da locação financeira, presente em anexo.

7. Custo de Empréstimos Obtidos

O Município não capitalizou em 2022 quaisquer gastos com juros, uma vez não se tratam de juros que fossem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica.

O Mapa dos Empréstimos é apresentado em anexo a este documento.

Não são apresentadas as taxas de juros, mas é apresentado o pagamento de juros e outros encargos no exercício por cada financiamento.

8. Propriedades de Investimento

À data de relato existem dois edifícios afetos a propriedades de investimento:

- Bar e restaurante situado à superfície do Parque Subterrâneo, valor líquido 131.764,28€;
- Edifício para apoio ao Parque Urbano, valor líquido 300.152,68€.

PI - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO TRIMESTRE (MODELO DO JUSTO VALOR)

(MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA)

Período	(Periodicidade Trimestral / Período 4º Trimestre)	Ano
01-01-2022		2022
31-12-2022	Visualizar Contas s/ Mov. <input type="checkbox"/> Sim	

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
			Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
	Propriedades de Investimento	442 982,04 €		0,00 €	-11 065,08 €					431 916,96 €		15 325,00 €	
PI1	Bens de domínio público												
PI2	Terrenos e recursos naturais	-67 244,82 €		67 244,82 €									
PI3	Edifícios e outras construções	510 226,86 €		-67 244,82 €	-11 065,08 €					431 916,96 €		15 325,00 €	
PI4	Outras propriedades de investimento												
PI5	Propriedades de Investimento em curso												
	TOTAL	442 982,04 €		0,00 €	-11 065,08 €					431 916,96 €		15 325,00 €	

10. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Município reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Esta rubrica e os movimentos do período detalham-se como se segue:

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

Período de 2022/01/01 a 2022/12/31

Rubricas (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	322 009,16 €	74 483,53 €	247 525,63 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	322 009,16 €	74 483,53 €	247 525,63 €

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

Período de 2022/01/01 a 2022/12/31

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
		Compras líquidas (2)	Consumos /gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias	0,00 €	18 325,34 €	18 325,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	264 317,72 €	432 477,12 €	449 286,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17,20 €	247 525,63 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	264 317,72 €	450 802,46 €	467 611,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17,20 €	247 525,63 €

13. Rendimento de Transação com Contraprestação

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento de transação com contraprestação, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços, estão já apresentados no capítulo 2, acima.

RENDIMENTOS COM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.13.1)	
PERÍODO	ANO
2022-01-02 a 2022-12-31	2022
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)
Prestação de serviços	867 793,16 €
Saneamento	
Resíduos Sólidos	277 707,03 €
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	10 411,76 €
Trabalhos por Conta de Particulares	7 034,21 €
Cemitérios	11 973,30 €
Mercados e Feiras	34 401,88 €
Serviços Sociais	237 167,48 €
Serviços Culturais	224,00 €
Serviços Desporto	226 909,64 €
Aluguer de Equipamentos	
Outros serviços	61 963,86 €
Venda de bens	865 562,33 €
Água	-640,55 €
Outras mercadorias	
Produtos acabados e intermédios	866 202,88 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Juros	0,00 €
Juros, dividendos e outros rendimentos simulares	
Royalties	0,00 €
Dividendos ou distribuições similares	0,00 €
Outros	943 279,16 €
Rendimentos Suplementares	97,83 €
Ganhos em Inventários	17,20 €
Alienações Ativos fixos tangíveis	82 450,00 €
Sinistros	
Terrenos	689 780,98 €
Edifícios e outras construções	35 660,48 €
Outros Rendimentos do Estado	119 462,92 €
Correções relativas a períodos anteriores	10 783,64 €
Outros não especificados	5 026,11 €
TOTAL	2 676 634,65 €

Como rendimentos com contraprestação são identificadas as Vendas (saldo apresentado diz essencialmente respeito à venda de abastecimento água efetuado pelo Município), as Prestações de Serviços (que inclui nomeadamente o tratamento de águas residuais, os rendimentos com acesso ao parque de estacionamento, utilização de piscinas ou pavilhões municipais, participações em mercados e feiras, entre outros).

Na rubrica “Outros” estão incluídos os valores de rendas cobradas no ano, nomeadamente as rendas cobradas à EDP (689.780,98€) e ainda mais valias com alienação de ativos fixos tangíveis (82450,00€). Nesta rubrica estão ainda incluídos valores de despesas debitadas a outras entidades.

14. Rendimento de Transação sem Contraprestação

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento de transação sem contraprestação, estão já apresentados no capítulo 2, acima.

No ano de 2022 verificaram-se os seguintes valores de transferências sem contraprestação:

RENDIMENTOS SEM CONTRAPRESTAÇÃO (Q.14.1)

PERÍODO	ANO
2022-01-02 a 22-12-31	2022

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	3 421 289,13 €	0,00 €			
Derrama	466 491,58 €				
Imposto municipal sobre imóveis	2 294 394,00 €				
Imposto único de circulação	660 403,55 €				
Outros					
Impostos indiretos	1 115 921,64 €	0,00 €			
Loteamentos e Obras	111 188,01 €				
Ocupação da Via Pública	4 213,20 €				
Publicidade	4 860,15 €				
Saneamento	88 784,65 €				
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)					
Imposto sobre o Ruído					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	898 510,46 €				
Outros	8 365,17 €				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	313 548,26 €	0,00 €			
Mercados e feiras					
Loteamentos e obras	77 719,00 €				
Ocupação da via pública	6 956,25 €				
Saneamento	213 214,85 €				
Licença sobre o ruído					
Outras	2 545,60 €				
Taxas sobre controlo metrológico e de qualidade	13 112,56 €				
Multas e outras penalidades	61 467,55 €	0,00 €			
Juros de mora	4 401,73 €				
Coimas e penalidades por contraordenações	6 565,00 €				
Outras multas e penalidades	50 500,82 €				
Transferências sem condição	8 558 410,09 €	855 311,00 €			
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5 840 177,00 €				
Fundo Social Municipal (FSM)	466 687,00 €				
Participação no IRS	516 671,00 €				
Administração Regional					
Segurança Social					
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	1 655 956,71 €				
Participação do IVA	78 918,38 €				
Transferências com condição	672 291,95 €	0,00 €			
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição	1 353 405,73 €	-1 353 405,73 €			
Legados, ofertas e doações					
Outros					
TOTAL	15 496 334,35 €	-498 094,73 €			

O valor apresentado no quadro acima inclui valores recebidos no período e são referentes a impostos diretos, indiretos, taxas, multas e outras penalidades, no total representam cerca de 4.912.226,58€. A maior parte destes valores corresponde a valores recebidos da Autoridade Tributária que efetua as cobranças de IMI, IMT, Derrama e IUC aos Municípios e às empresas do Município.

Adicionalmente estão também neste valor incluídos valores de transferências sem condição, nomeadamente valores que foram recebidos pelo Município em 2022 do Orçamento de Estado. Parte destes valores 8.558.410,09€ estão registados em

resultados e outra parte é registada diretamente no Património Líquido dado que resulta de transferências de capital (855.311,00€).

Nas transferências sem condição estão registados os valores recebidos no âmbito da Delegação de Competências – Lei nº50/2018 – Educação (1.655.956,71€).

Na linha “Imputação de Subsídios ao Investimento” estão registados os valores de rendimentos que foram imputados ao exercício dos subsídios ao investimento de obras já concluídas. Este valor afeta positivamente a rubrica de resultados e negativamente o Património Líquido.

De acordo com a NCP 14, e conforme entendimento da Comissão de Normalização Contabilística, estão registados na conta 20 - Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis 445.173,25€ que correspondem aos valores de pedidos de pagamento submetidos até 31/12/2022 e que até ao final do exercício de relato não foram recebidos.

15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

No exercício de 2022 o valor de provisões e os movimentos foram os seguintes:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas							
Garantias a clientes							
Processos judiciais em curso	726 352,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	218 745,58 €	218 745,58 €	507 606,92 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais							
Matérias ambientais							
Contratos onerosos							
Reestruturação e reorganização							
Outras provisões							
Total	726 352,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	218 745,58 €	218 745,58 €	507 606,92 €

Neste ano verificou-se a resolução de alguns processos, gerando uma reversão de 218.745,58€:

* Processo nº1042/15.7 BEAVR, autor Luís Miguel Tavares Castro, réu Município de Vale de Cambra, valor peticionado 30.000,00€ e valor da provisão 9.000,00€;

* Processo nº49/16.1 BEAVR, autor Parque da Vida – Restauração e Serviços, Lda, réu Município de Vale de Cambra, valor peticionado 552.341,22€ e valor da provisão 165.702,37€;

* Processo nº648/17.4 BEAVR, autor Maria de Lurdes Pereira da Silva e Outros, réu Município de Vale de Cambra, valor peticionado 28.100,00€ e valor da provisão 14.050,00€;

* Processo nº316/21.2 BEAVREPRT, autor António Oliveira Neves, réu Município de Vale de Cambra, valor peticionado 7.500,00€ e valor da provisão 2.250,00€;

* Processo nº2554/21.9 BEPRT, autor Socarto, réu Município de Vale de Cambra, valor peticionado 87.840,00€ e valor da provisão 8.784,00€;

* Processo nº2239/21.6 BEPRT, autor Empribuild, Lda, réu Município de Vale de Cambra, valor peticionado 33.197,35€ e valor da provisão 9.959,21€;

* Processo nº500/21.9 BEAVR, autor Empribuild, Lda, réu Município de Vale de Cambra, valor peticionado 30.000,00€ e valor da provisão 9000,00€.

É nossa convicção que as provisões constituídas são suficientes face aos processos instaurados contra o Município de Vale de Cambra.

De igual forma não é expectável que existam responsabilidades adicionais relevantes com os processos de expropriação em curso.

Não foram identificados ativos ou passivos contingentes para divulgação.

17 – Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Órgão Executivo em 18 de abril de 2023. As demonstrações financeiras encontram-se ainda sujeitas à aprovação da Assembleia Municipal.

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados.

18 - Instrumentos financeiros

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras estão relatadas no capítulo 2.

18.1 – Entidades Participadas

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício		Quantia Escriturada		Método de Mensuração
Denominação	NIF				Valor nominal subscrito	%	Inicial	Final	
ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	503004405	Sociedade Anónima	38212	8 500 000,00 €	96 275,00 €	1,13%	367 977,26 €	375 170,26 €	MEP
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.,S.A.	504475606	E.M.,S.A.	71120	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,80%	26 147,92 €	26 828,50 €	MEP
Associação de Municípios Terras de Santa Maria	501651888	AM	84123	5 273 729,95 €	122 806,00 €	16,67%	1 043 527,85 €	1 091 758,38 €	MEP
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	Sociedade Anónima	35220	20 500 000,00 €	3 895,00 €	0,02%	3 895,00 €	3 895,00 €	Custo
TOTAL							1 441 548,03 €	1 497 652,14 €	

A entidade participada AMTSM não tem as contas aprovadas à data de relato, pelo que se procedeu à utilização dos últimos elementos disponíveis do exercício 2022. No entanto, não se perspectivam alterações relevantes nas respetivas contas pelo que o ajustamento, a existir, não será significativo.

A contribuição da participação do Município na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e na Área Metropolitana do Porto (AMP) foram registadas em anos anteriores como gasto. Em relação à AMP foram recebidas as Demonstrações Financeiras provisórias, sendo que em 2022 a mesma não apresenta dívida a terceiros. Assim é nossa convicção que o possível efeito destas entidades não será significativo nas Demonstrações Financeiras, nem na informação complementar apresentada. De igual modo, o Município possui participação em outras entidades que assume a forma de quota ou contribuição financeira, sendo registados estes encargos em gastos todos os anos.

Não há obrigação de o Município apresentar contas consolidadas. Assim foi aplicado o método de equivalência patrimonial às entidades referidas anteriormente, dado que este será o melhor método para valorização da participação atendendo a toda a legislação e normativos aplicáveis, nomeadamente, para se dar uma imagem verdadeira e apropriada.

O efeito nas demonstrações financeiras da aplicação do MEP, reconhecido na conta 78.5 e 68.5.2, no valor de 13.959,80€.

Foram ainda reconhecidas em “Outras Variações no Património Líquido”, na conta 57.1.3, no valor de 70.063,91€.

18.2 – Outros Ativos Financeiros

O risco de crédito pode ser analisado como se segue:

Rubricas	Quantia escriturada bruta	Imparidade	Valor deduzido da imparidade
Cientes, contribuintes e utentes	352 101,64 €	-184 594,18 €	167 507,46 €
Cientes	352 101,64 €	-184 594,18 €	167 507,46 €

Durante o período não foi necessário efetuar reforço das perdas por imparidade, revelando-se uma reversão na conta dos clientes de cobrança duvidosa no valor de 5.881,28€. As dívidas de clientes sem imparidade correspondem a valores que se encontram por vencer ou com período de vencimento inferior a 6 meses.

Os riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio não são significativos, dado que não existem ativos financeiros remunerados ou registados em moeda estrangeira. O valor de Clientes, contribuintes e utentes está dividido em não corrente (6.657,28€) e corrente (160.850,18€).

Não existem ativos financeiros dados, em penhor, promessa de penhor ou outra forma de garantia, como colateral de passivos ou passivos contingentes.

19 – Benefícios dos Empregados

Em 31 de dezembro de 2022 o número de funcionários do município era de 305 (em 2021 de 204).

Em 2022 o aumento verificado em gastos com pessoal face a 2021, é essencialmente devido às novas competências (educação) assumidas pelo município, com a integração de 93 trabalhadores que passaram a pertencer aos quadros do pessoal do município.

Não existem responsabilidades com benefícios de reforma com funcionários.

20. Divulgação de partes relacionadas

Pessoas chave da gestão

Órgão Executivo (eleitos com pelouros atribuídos em 2022)

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida
José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva	Eleito	34.920,72€
António Alberto Almeida Matos Gomes	Eleito	26.496,80€
José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho	Eleito	27.543,08€
Mónica Pinto Seixas	Eleita	27.768,76€
André Agostinho Martins da Silva	Eleito	26.430,50€

A entidade não tem controlo sobre nenhuma das entidades em que participada/comparticipa. No entanto é apresentado num anexo a este relatório e contas o mapa das entidades e contribuições efetuadas.

Para as entidades seguintes existem as seguintes transações e saldos para além dos valores das contribuições e participações:

* Associação de Municípios Terras de Santa Maria:

Transferências CIAMTSM – 32.401,90€

Transferências STAR e respetiva fiscalização – 230.746,25€

Transferências Taxa de Recursos Hídricos – 22.612,08€

Outras Transferências Correntes – 73.729,54€

Saldo em dívida em 31/12/2022 é de 55.177,49€

* Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.,S.A.:

Manutenção e atualização do Geoportal e aplicações SIG no valor de 8.197,95€

*** ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, S.A.:**

RSU Tarifa, limpeza das ruas, monos e ramagens – 390.587,23€

Taxa de Recursos Hídricos – 137.727,13€

Saldo em dívida em 31-12-2022 é de 43.888,84€

21 - Relato por segmentos

Apesar do Município possuir uma análise dos custos por funções e por unidades orgânicas, o sistema de informação não está ainda parametrizado por forma a que sejam preparadas Demonstrações de Gestão e divulgada a informação requerida para o relato por segmentos, de acordo com o estabelecido na NCP 25, situação que se encontra a ser ultrapassada no exercício de 2023.

Para esta divulgação é necessária a informação prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão referida anteriormente. No Relatório de Gestão e em diversas notas do Anexo às Demonstrações Financeiras é divulgada a informação de gestão considerada como relevante sobre a atividade do Município.

23 – Outras Divulgações

23.1 – Diferimentos Passivos / Subsídios

Dada a dimensão da rubrica, relatamos adicionalmente que em Diferimentos Passivos estão os valores recebidos até 31/12/2022 de subsídios ao investimento sobre obras/projetos que ainda estão em curso. Por isso, os valores não cumprem ainda a condição para serem reconhecidos como Património Líquido nem estão sujeitos a amortização. O valor apresentado nesta rubrica 2.200.233,42€ é decomposto da seguinte forma:

Obra em curso	Valor recebido
NORTE-05-2316-FEDER-000082-Reabilitação do antigo Cinema para Centro de Artes e Espetáculos	1 801 050,96 €
Arranjo Urbanístico da Praça / Jardim de Junqueira	77 396,47 €
Interpretação do Vale Mágico – Cascata do Poço do Linho	41 875,35 €
Novo Centro de Meios Aéreos de Vale de Cambra	229 628,10 €
Recuperação do Edifício Anexo à Casa da Tulha	50 282,54 €
	2 200 233,42 €

23.2 – Outras contas a receber – Acréscimos de Rendimentos

Relativamente aos valores da rubrica Outras Contas a Receber, dada a sua relevância no Ativo, relatamos que dizem essencialmente respeito aos valores IMI, Derrama, Participação IVA e Participação IRS que serão recebidos em 2023 pelo Município mas que dizem respeito ao ano de 2022 e pelo princípio da especialização foram reconhecidos como ativo em 31/12/2022 dado tratarem-se de um direito que o Município tem nessa data. Relativamente aos valores de Participação de IVA e IRS, os valores estão de acordo com que está estabelecido no Orçamento de Estado para 2022. Quanto ao valor do IMI e da Derrama, os valores foram estimados tendo em conta o Orçamento Municipal para 2023.

23.3 – Outras Contas a Pagar

Nesta rubrica estão essencialmente registados os valores de acréscimos de gastos, nomeadamente relacionados com remunerações e encargos a liquidar em 2023 e outros acréscimos de fornecimentos e serviços externos, subsídios concedidos, etc. Adicionalmente estão também aqui refletidos os valores de cauções e retenções efetuadas a terceiros para execução de diversos contratos, incluindo obras.

23.4 – Património Líquido

As alterações mais relevantes são:

- * Aplicação do resultado do exercício;
- * Imputação dos subsídios ao investimento a rendimentos e recebimento de subsídios de imobilizado financiado, conforme divulgado na nota 14;
- * Efeitos do ajustamento a participações financeiras, conforme divulgado na nota 18.1.

Com a implementação do SNC-AP foram efetuados ajustamentos diretamente a Capital, em 2020, nomeadamente -176.015,61€ na rubrica de Resultados Transitados e +14.848.031,52€ na rubrica de Outras Variações no Património Líquido.

23.5 – Subsídios Concedidos

Conta	Descrição	31/12/2022	31/12/2021
60.1.3.5.1	Freguesias (PPA)	459 000,00 €	459 000,00 €
60.1.6.1.1	Instituições sem fins lucrativos (correntes)	539 127,45 €	417 682,90 €
60.1.6.1.2	Instituições sem fins lucrativos (PPA)	617 845,53 €	423 545,45 €
60.1.6.2.2.1	Bolsa Estágio	3 811,50 €	690,32 €
60.1.6.2.2.2	Subsídio Refeição	1 026,09 €	820,44 €
60.1.6.2.2.3	Subsídio Transporte	831,45 €	555,84 €
60.4.6.1	Instituições sem Fins Lucrativos	152 266,46 €	182 865,50 €
60	Transferências e subsídios concedidos	1 773 908,48 €	1 485 160,45 €

23.6 – Fornecimentos e Serviços Externos

Conta	Descrição	31/12/2022	31/12/2021
62.1	Subcontratos e concessões de serviços	2 097 265,32 €	1 340 685,23 €
62.2.1	Trabalhos especializados	697 116,16 €	636 076,81 €
62.2.2	Publicidade, comunicação e imagem	12 163,11 €	17 235,59 €
62.2.3	Vigilância e segurança	81 837,02 €	73 027,61 €
62.2.4	Honorários	61 457,87 €	65 354,77 €
62.2.5	Comissões	125 087,37 €	105 070,73 €
62.2.6	Conservação e reparação	298 947,84 €	253 677,88 €
62.3.1	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	9 056,60 €	6 674,22 €
62.3.2	Livros e documentação técnica	20,00 €	0,00 €
62.3.3	Material de escritório	7 885,38 €	5 177,58 €
62.3.4	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	71 477,82 €	35 553,90 €
62.3.5	Material de educação, cultura e recreio	5 196,74 €	47,74 €
62.3.6	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos	82 512,95 €	68 850,12 €
62.3.7	Medicamentos e artigos para a saúde	1 513,01 €	0,00 €
62.3.8	Produtos químicos e de laboratórios	8 951,74 €	0,00 €
62.3.9	Outros materiais diversos de consumo	28 944,74 €	4 166,10 €
62.4.1	Eletricidade	421 652,32 €	895 057,41 €
62.4.2	Combustíveis e lubrificantes	199 587,77 €	23 860,44 €
62.4.8	Outros Energia e fluidos	0,00 €	69 711,38 €
62.5.1	Deslocações e estadas	1 133,04 €	579,45 €
62.5.2	Transportes de pessoal	2 651,27 €	3 763,25 €
62.6.1	Rendas e alugueres	132 967,20 €	88 015,41 €
62.6.2	Comunicação	80 332,79 €	68 854,74 €
62.6.3	Seguros	34 651,60 €	39 067,59 €
62.6.5	Contencioso e notariado	32 509,64 €	20 704,05 €
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	481,40 €	0,00 €
62.6.6	Despesas de representação dos serviços	493,45 €	362,45 €
62.6.9	Outros serviços	996533,22	603 040,42 €
62	Fornecimentos e serviços externos	5 492 427,37 €	4 424 614,87 €

23.7 – Garantias e Avals

No quadro abaixo estão evidenciados os valores de garantias e avals conforme mapa de responsabilidade de crédito do Banco de Portugal. Destas, não é esperado que se convertam em responsabilidades efetivas:

Banco	Descrição	Data	Tipo	Valor
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	02/08/2004	Potencial	90 360,00 €
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	23/11/1999	Potencial	37 460,00 €
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	24/07/1998	Potencial	79 505,00 €
CGD	Cartão de crédito – com período de free-float	28/11/2013	Potencial	2 410,00 €
CGD	Outros Avals e Garantias Prestadas	14/07/2009	Potencial	54 000,00 €
BPI	Financiamento à atividade empresarial		Potencial	7 675,00 €
TOTAL				271 410,00 €

23.8 – Cauções e Retenções

Relativamente aos valores de cauções e retenções efetuadas a terceiros em 2022 e anos anteriores, é efetuado um controlo por parte do município, sendo que se considera passivo à data de 31/12/2022, a aguardar o término dos prazos para a sua libertação. O valor total apresenta-se no quadro seguinte:

Conta	Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Varição Absoluta
27.7.1.1.1	Exigível até 12 meses - Individual	-660 645,95 €	-624 191,00 €	-36 454,95 €

Mapas Anexos às Demonstrações Orçamentais

Aprovação da Demonstração do Desempenho Orçamental

Demonstrações Orçamentais e Mapas Anexo

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Plano Plurianual de Investimento

Demonstração de Desempenho Orçamental

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Alterações Orçamentais da Receita

Alterações Orçamentais da Despesa

Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Alterações ao Plano Atividades Municipal

Operações de Tesouraria

Contratação Administrativa – Situação dos Contratos

Contratação Administrativa – Adjudicações por Tipo de Procedimento

Transferências e Subsídios Concedidos

Transferências e Subsídios Recebidos

Encargos Contratuais

Outros Mapas a Divulgar

Ata da Deliberação Fixação do Número de Vereadores

Delegação de Competências

Mapa de Empréstimos

Mapa da Locação Financeira

Relação Nominal de Responsáveis pela Execução Financeira e Orçamental

Responsáveis pelas Demonstrações Financeiras

Responsáveis pelas Demonstrações Orçamentais

Mapa dos Investimentos Financeiros

Mapa de Acumulação de Funções

Extratos Saldos Bancários Reportados ao fim do Exercício e dos Juros Obtidos no Exercício

Reconciliações Bancárias

Síntese das Reconciliações Bancárias

Dívida Total

- * Entidades Relevantes para Efeitos da Dívida Total**
- * Apuramento da Dívida Total**

Transferência de Competências de Órgãos do Estado

Delegação de Competências do Município

Norma de Controllo Interno

**Declarações Previstas na Alíneas a) e b) - n.º 1, artº15.º
da Lei 22/2015, 17 de março**

*** Declaração de Compromissos Plurianuais**

*** Declaração de Pagamentos em Atraso**

*** Declaração de Recebimentos em Atraso**

Declaração de Responsabilidade

Ata da Reunião de Apreciação e de Aprovação das Contas